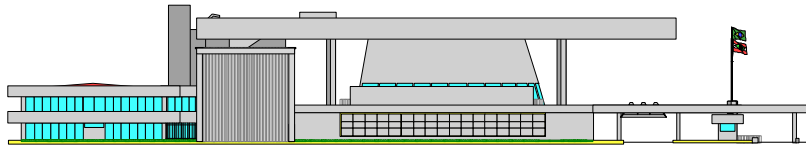


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 16 DE ABRIL DE 1998

NÚMERO 4.531

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelcor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 925**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 028ª Sessão Ordinária realizada em 08/04/1998	2
Ata da 029ª Sessão Ordinária realizada em 08/04/1998	3
Ata da 030ª Sessão Ordinária realizada em 13/04/1998	10

Atos da Mesa Diretora

Resoluções	16
Resoluções DP	16

Publicações Diversas

Atas das Comissões Permanentes	19
Decreto Legislativo	20
Edital	21
Extrato	21
Ofícios	21
Projetos de Lei	25
Projeto de Resolução	28
Requerimento	28
Errata	28

P L E N Á R I O

ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 08 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - César Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sérgio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Francisco Küster, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Francisco Küster, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Francisco Küster) - O expediente

consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Udo Wagner, que declara de utilidade pública a Associazione Bellunesi Nel Mondo - Famiglia São João do Itaperiú, com sede no Município de São João do Itaperiú, e foro na Comarca de Barra Velha.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, esta Presidência comunica aos senhores Deputados que uma grande atividade da Comissão de Saúde está acontecendo no plenarinho. Está acontecendo um debate sobre a dengue em Santa Catarina, um debate fundamental, onde é importante a participação de todos os Deputados.

Além disso, a Mesa Diretora também tem proposta de reunião neste momento. Por isso, senhor Deputado Luiz Herbst, antes de lhe conceder a palavra pela ordem, nós consultamos os senhores Líderes sobre a possibilidade da suspensão da presente sessão até as 11h, horário da Ordem do Dia, quando retomaremos os trabalhos com as votações.

Portanto, consultamos as Lideranças sobre a proposta apresentada.

(As Lideranças aquiescem.)
Com a aquiescência dos senhores Líderes, vamos suspender a presente sessão até as 11h. Antes, porém, concedemos a palavra,

pela ordem, ao senhor Deputado Luiz Herbst.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Senhor Presidente e senhores Deputados, está presente na Assembléia Legislativa, hoje, a comissão que elaborou o anteprojeto para a escola acadêmica comunitária.

Senhor Presidente, conforme V.Exa. colocou, teremos reuniões especiais a seguir, inclusive da Mesa Diretora. Então, pediríamos que esta explanação fosse feita após a Ordem do Dia, porque sabemos que só tem um projeto a ser discutido, e em seguida gostaríamos que a Mesa acatasse o nosso pedido e convidasse todos os senhores Deputados para se fazerem presentes, pois o projeto é muito importante para o Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - A Presidência dará este encaminhamento. Abrirá a sessão às 11h e procederá à votação das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia; encerrada a pauta da Ordem do Dia, entraremos neste debate por um tempo máximo de trinta minutos, em função de outras atividades da Assembléia Legislativa neste dia.

Está suspensa a presente sessão até as 11h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica:

- que o senhor Deputado Idelvino Furlanetto nos encaminhou justificativa de ausência para esta sessão;

- que a Comissão de Fiscalização e Controle apresentou parecer pelo arquivamento ao Of. Nº 3/98, de procedência do Procurador-Geral de Justiça, que encaminha cópia do quadro de detalhamento da despesa do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 1998;

- que a Comissão de Fiscalização e Controle apresentou parecer pelo arquivamento ao Of. Nº 004/98, de procedência do Presidente do Tribunal de Justiça, que encaminha cópia do quadro de detalhamento da despesa do Tribunal de Justiça e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

Continua em discussão em segundo turno o Projeto de Resolução nº 009/97.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão e sai da pauta da Ordem do Dia de hoje para voltar na próxima sessão.

Quanto aos requerimentos apresentados, a Presidência pede a sua inclusão na pauta da Ordem do Dia da sessão ordinária de hoje à tarde.

Finda a matéria da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar

a presente sessão convoca uma reunião extraordinária da Comissão de Educação para logo após o término da presente sessão, aqui, nas dependências do Plenário.

Ficam, portanto, convocados os Membros da Comissão de Educação e os demais senhores Deputados para uma reunião da Comissão, logo em seguida, nas dependências deste Plenário.

Encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: requerimento nº 154/98, de autoria da Bancada do PPB, solicitando realização de auditoria especial, e demais matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 08 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - César Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sérgio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - Não há expediente a ser lido, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Não havendo expediente a ser lido, esta Presidência lembra aos senhores Deputados da conversa havida hoje pela manhã entre vários senhores Deputados, alguns Líderes e o senhor Presidente, Deputado Neodi Saretta, quando foi ventilada a hipótese de suspender os horários de Breves Comunicações e dos Partidos Políticos, em função até do pedido de vários senhores Deputados.

Entretanto, temos duas inscrições: a do Deputado Volnei Morastoni e a do Deputado Gilson dos Santos.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - V.Exa. comunicou que havia uma solicitação à Presidência da Casa no sentido de suspender a presente sessão, mas V.Exa. poderia dizer qual o motivo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Não seria de suspender a sessão, mas,

sim, seria para a antecipação da Ordem do Dia, porque vários Deputados desejam viajar, em função de vários compromissos assumidos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu gostaria de colocar uma situação fática: se entrarmos na Ordem do Dia, neste momento, sem dúvida não haverá quórum para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Sou obrigado a concordar com V.Exa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o Deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu quero dar uma satisfação a este Plenário sobre a reunião ocorrida hoje, pela manhã, da Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa, com a participação de representantes da Fundação Nacional de Saúde, da Secretaria da Saúde, da Federação Catarinense dos Municípios, do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, do Comando do Exército, do Comando da Polícia Militar de Santa Catarina e de diversas outras entidades da sociedade civil, onde se debateu sobre a situação da dengue em Santa Catarina.

A reunião representou um primeiro passo no sentido de aglutinarmos os órgãos do Governo Federal, Estadual e dos Municípios, as organizações da sociedade civil e as organizações militares, para fazermos frente, urgentemente, perante uma situação que se deslumbra ser muito preocupante, que é o avanço da dengue no Brasil e em Santa Catarina.

O principal encaminhamento da reunião no seu final foi constituir um grupo de trabalho, contando com a participação de todas as partes que estavam presentes, envolvidas nesta reunião, com a mesma representatividade, portanto, propondo à Secretaria Estadual da Saúde que, como gestora do SUS, das ações de Saúde em nosso Estado, assumo o comando dos encaminhamentos que são necessários a esse respeito, inclusive, constituindo uma comissão executiva estadual para coordenar os trabalhos em todo o Estado.

Como determinação do próprio Ministério da Saúde, no chamado Plano Nacional de Erradicação do Aedes aegypti, mosquito causador da dengue, está previsto que cada Estado constitua uma comissão executiva e que possa reunir todos os segmentos para, através de um plano abrangente, enfrentar a situação nos respectivos Estados, num trabalho de parceria com os Municípios e também de cooperação com

organizações da sociedade civil.

Da mesma forma, entre as principais deliberações desta reunião está a necessidade de se formalizar um plano global de ação para o Estado. E, necessariamente, um orçamento das necessidades financeiras que o nosso Estado precisa, seja através da Fundação Nacional de Saúde, seja através da Secretaria Estadual da Saúde, seja através dos Municípios, para desenvolvermos as ações necessárias para fazermos frente a esta realidade da dengue.

Também estamos aguardando o agendamento de uma audiência com o senhor Ministro da Saúde, José Serra, resultante inclusive de uma reunião especial que realizamos nesta Casa, no dia 30 de março, onde debatemos sobre a questão do teto financeiro do Ministério da Saúde do Governo Federal para Santa Catarina, quando não podemos permitir, em hipótese nenhuma, a redução das verbas federais.

Senhor Presidente e senhores Deputados, também tenho mantido contato permanente com o Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, Deputado Valdir Colatto, sobre um pedido de audiência para o nosso Estado que já está no Ministério. Inclusive estamos apenas aguardando o agendamento dessa audiência. E vamos incluir entre os assuntos a serem tratados com o senhor Ministro essa situação da dengue em Santa Catarina e a necessidade de recursos materiais e financeiros para podermos desenvolver um plano global de ações imediatas, de curtíssimo prazo, e de ações a longo prazo.

A situação da dengue em Santa Catarina está se agravando, em decorrência até de como a situação está se desenvolvendo em todo o País. Nós temos Estados em situação crítica, com muitos casos já de dengue hemorrágica, que é a forma mais grave da doença.

Essa situação vem se avolumando ano após ano. Se tomarmos como referência 1995 para 1996, mais do que duplicaram os casos no Brasil de 1995; de 1996 para 1997 também duplicaram e, agora, para 1998, com certeza, a situação vai se agravar ainda mais, porque os focos de mosquitos transmissores crescem em progressão geométrica, não é progressão aritmética, mas, sim, em progressão geométrica.

Em Santa Catarina registram-se mais de dois mil focos de mosquitos transmissores, o chamado Aedes Aegypti e o Aedes Albopictus, que são os dois tipos de mosquitos transmissores do vírus causador da dengue que, por coincidência,

também transmitem o vírus da febre amarela. Então, há risco de - depois de um rastreo de epidemia de dengue - haver uma epidemia de febre amarela, que considera-se praticamente erradicada.

Infelizmente, pelo descaso em que a Saúde está, pela falta crônica de verbas para o setor Saúde, pela maneira desleal com que o Governo Federal trata a questão Saúde, é que chegamos a esse ponto. E daqui a pouco, se não tomarmos medidas imediatas e urgentes, nós estaremos convivendo seguramente com uma epidemia de dengue que poderá trazer prejuízos incalculáveis, desde vida humanas - que não há dinheiro que pague -, porque a dengue hemorrágica inclusive pode levar a óbito em 12 ou em 24 horas.

Então, é uma situação de extrema gravidade, principalmente quando acontece em pessoas mais debilitadas fisicamente, em casos de crianças desnutridas, que é uma realidade que convivemos, desde a Capital até o interior do nosso Estado. Nós temos mais de dois mil focos no Estado. Só em Joinville, hoje, existe em torno de mil focos dos mosquitos transmissores. Por isso, precisamos que sejam agilizadas as providências.

Não podemos deixar que a situação avance sem controle, porque, infelizmente, a posição equivocada do Ministério da Saúde é no sentido de permitir, digamos, que a situação se agrave e atinja primeiro uma condição praticamente incontrolável de disseminação dos mosquitos e do próprio vírus, para depois intervir.

Ora, há um ditado popular de longa data que diz que prevenir é melhor do que remediar. Sem dúvida é muito mais barato, até porque, como eu estava dizendo, além dos prejuízos que poderão advir de uma epidemia, além das vidas humanas, poderão também vir os prejuízos materiais, em todos os sentidos, porque uma pessoa com dengue fica, no mínimo, quinze dias afastada de suas atividades, em repouso. Podemos, portanto, imaginar o que isso significará para todo o sistema produtivo do nosso Estado.

Assim, a reunião realizada hoje pela manhã, da Comissão de Saúde, foi para proporcionar a aglutinação de todos os órgãos que têm responsabilidades nesse sentido e - através dos encaminhamentos havidos, como esse grupo de trabalho e a implementação de uma comissão executiva estadual -, desenvolver ações urgentes e imediatas em todos os níveis, dar as informações que a população precisa - e ela precisa ainda estar engajada nesse processo -, porque com certeza numa situação como essa, nenhum plano poderá dar certo se não tiver a participação direta de toda a população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e senhores Deputados, hoje pela manhã tive a oportunidade de, junto com o Deputado João Henrique Blasi, participar de um debate promovido pela OAB, na sua sede, com a participação do Deputado Federal Edson Andrino, do Senador Esperidião Amin, da Prefeitura Municipal Ângela Amin, de vários advogados e pessoas que efetivamente entendem do assunto muito mais do que este Deputado, para tratar de um assunto que, sem dúvida nenhuma, deve ser uma preocupação de todos aqueles que habitam nas ilhas de Santa Catarina, mais especificamente na Ilha de Santa Catarina e em São Francisco do Sul.

Senhor Presidente e senhores Deputados, a Constituição Federal, todos nós sabemos, denomina que as ilhas são de propriedade da União. E quanto a essa medida provisória, eu não a conheço com a profundidade que deveria conhecer, até porque é um assunto de uma complexidade tão grande que até os grandes entendidos que lá estavam não conseguem deixar claro o que efetivamente vai ocorrer.

A grande verdade é que felizmente

houve o acordar da representação de Santa Catarina - e aí eu tenho que fazer uma referência ao Deputado Edson Andrino, que trabalhou bastante e conseguiu congrega toda a representação de Santa Catarina com algumas outras representações de outros Estados da Federação, visando uma discussão ampla dessa medida provisória.

O que se tem notícia é que efetivamente haverá necessidade e está se delegando ao Patrimônio da União... Inclusive, hoje, estava lá presente não só o Delegado aqui em Santa Catarina como, também, o representante de Brasília, o Chefe de Setor que, inquirido sobre perguntas práticas de como ficará a situação, também não tem, pelo que deparei, a certeza do que efetivamente vai ocorrer.

Agora, a realidade é que o projeto de medida provisória pode dar até a condição de entidades particulares fazer esse cadastramento e cadastramento para verificar efetivamente quem é proprietário e quem não é.

Aí as coisas, Deputado Eni Voltolini, complicam-se violentamente, porque nós sabemos, por exemplo, que na ilha de Santa Catarina, e isso deve ser comum também em São Francisco do Sul, que aqueles terrenos que estão vindo de geração para geração não têm hoje uma escritura pública que dê a eles o direito de propriedade claramente.

Por isso, eu entendo, senhor Presidente e senhores Deputados, que realmente esse é um assunto que preocupa muito o florianopolitano, o sanfranciscense. Inclusive, eu estava lendo um artigo do jornal o Estado que diz o seguinte: "Terrenos da ilha podem ser revendidos aos proprietários".

Então, as pessoas podem ser proprietárias, Deputado Miguel Ximenes, mas no entanto têm que atualizar esses imóveis e pagar o preço que será o preço de mercado, o preço feito por uma comissão de mercado. Evidentemente que isso vai trazer sérias dificuldades a todos aqueles que têm imóveis nessas ilhas de Santa Catarina.

É claro que não é só o caso de Santa Catarina, existem outros Estados da Federação que têm esse problema. E também entra um outro complicador, que é aquele chamado terreno de Marinha, que também vai merecer uma análise mais profunda a respeito da sua legalização integral.

Em última instância, Deputado Miguel Ximenes, a realidade é que vai haver ônus para essas pessoas que ocupam esses imóveis no dia de hoje. Evidentemente não serão ônus baratos, não serão coisas baixas, serão coisas que ensinarão, na minha concepção, até aqueles menos favorecidos, a obrigatoriedade de vender seu imóvel para terceiros, já que não terão a possibilidade de efetuar o pagamento das taxas.

O SR. DEPUTADO Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O SR. DEPUTADO Onofre Santo Agostini - Nobre Deputado, a preocupação de V.Exa. tem muita procedência. Agora, é um verdadeiro absurdo, pois isso seria o legítimo assalto à mão armada ao povo, porque todos os proprietários, dentre os quais este Deputado e V.Exa., compraram, pagaram e escrituraram, com escritura de posse ou escritura pública. Portanto, entendemos que ser obrigado a pagar novamente é um assalto à mão armada ao povo, aos proprietários das ilhas, daqui, de São Francisco do Sul e assim por diante.

Acho que V.Exa. tem toda a razão. Pode ter certeza absoluta de que 99,9% dos proprietários de Florianópolis não vão ter condições de pagar duas vezes esses terrenos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Quero ser absolutamente fidedigno, pois esse assunto foi levantado aqui pelo Deputado João Henrique Blasi em duas oportunidades.

Para V.Exa. ter uma idéia, nobre Deputado, o que sairia, por exemplo, dessa medida provisória seriam apenas as localidades

de Saco dos Limões, Carvoeira, Trindade, Agrônômica e Beira-Mar Norte.

Pela informação aqui da reportagem, esse território foi doado ao Município pela Coroa Portuguesa em mil e oitocentos e (vou utilizar aqui o termo de quem escreveu) "carqueirada". Portanto, parece-me que V.Exa. está fora desse cadastramento.

O SR. Deputado Onofre Santo Agostini - É exatamente onde eu tenho propriedade, Deputado!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - A grande realidade é que o assunto é de uma gravidade muito grande. Todos nós sabemos que a medida provisória é um instrumento de urgência e relevância.

Copiando o que disse hoje o Deputado João Henrique Blasi na reunião da OAB, não se reveste este assunto de urgência e relevância, até porque vivemos há muito tempo sobre a vigência de dispositivos completamente diferentes desses que a medida provisória quer alcançar.

A grande preocupação, caro Presidente Francisco Küster, é que o Congresso Nacional não tem derrubado nenhuma medida provisória, o que não elide, em absoluto, que o cadastramento seja feito também, porque aí a Constituição assim determinará.

Tive hoje a oportunidade de falar com o Deputado Edson Andrino, que tem uma medida provisória que excetua desses casos as sedes de Municípios, que aí abrangeria Florianópolis e São Francisco do Sul. Mas a tramitação de uma emenda constitucional é algo muito complicado no Congresso Nacional para alterar a Constituição que foi feita em 1988.

Eu entendo que esse é um assunto que não pode, não deve e que, por certo, não vai ter nenhuma bandeira partidária. Esse tem que ser um assunto de interesse de todos os catarinenses para tentar, em primeiro plano, derrubar a medida provisória, o que não é uma coisa fácil, e, em segundo lugar, centrar as suas atenções para a aprovação dessa emenda constitucional que possibilitaria uma maior tranquilidade para todos aqueles que são proprietários, de maneira legal ou de maneira contratual, porque todos nós sabemos que existem, nessas regiões, muitos terrenos de posse, muitos terrenos vendidos por recibo, etc., etc.

A coisa é muito séria e parece-me que o assunto também está sendo tratado pela representação de Santa Catarina, com a seriedade que ele exige, porque, sem dúvida alguma, é preocupante.

Eram essas as considerações, senhor Presidente e senhores Deputados, que eu gostaria de fazer a respeito desse momentoso caso que, sem dúvida nenhuma, chama a atenção de todos aqueles que aqui residem, bem como em São Francisco do Sul.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o senhor Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Deputado Presidente, senhores Deputados catarinenses, aproveito para saudar o retorno, a esta Casa, também, do Deputado Gelson Sorgato, que ocupou até poucos dias atrás a Pasta da Secretaria da Agricultura.

Coincidentemente, é sobre questões da agricultura que pretendo, nesses oito minutos, fazer a minha abordagem.

Quanto ao Deputado Miguel Ximenes, já tivemos a oportunidade de saudá-lo na sessão anterior.

Deputado Gelson Sorgato, V.Exa., sem dúvida nenhuma, durante esses meses em que esteve na Secretaria da Agricultura, por várias vezes teve a oportunidade de receber comissões de agricultores preocupados, neste momento, com duas questões centrais: a comercialização das safras do fumo e a comercialização, que não é da safra, já que leite é uma produção constante, do leite.

Nós vivemos, aqui em Santa Catarina,

esta discussão, e já não é de agora. Desde o final do ano passado a produção de leite vem sendo questionada em Santa Catarina, não só pelo seu preço, já que infelizmente isso se tornou rotina, mas por conta da possível triangulação que alguns países da Europa estão a fazer, usando os países do Mercosul, notadamente o Uruguai e a Argentina, para dar entrada no Brasil. Isso, carregado de um subsídio muito forte, que está jogando os produtores de leite numa situação, eu diria, insustentável.

A questão do fumo já tem um enfoque diferente: uma cultura considerada de destinação exclusiva de um monopólio, onde algumas poucas indústrias adquirem esse produto - e naturalmente dão as cartas e decidem sobre como conduzir esse processo.

Infelizmente, para Santa Catarina, neste aspecto, Deputado Gelson Sorgato, há um grande número de famílias que dependem dessa cultura - um número bastante grande, superior, até, àquele que a gente imagina. E na última reunião da Comissão de Agricultura, ao tratarmos dessa questão, chamamos Toninho Rovaris, da Fetaesc, que nos trouxe alguns números, e também nos valem da publicação do próprio Sindifumo para abordar essa questão.

O que eu quero concluir disso é que urge, em Santa Catarina, a discussão de um processo de reconversão de atividades. Nós não podemos mais continuar apenas a tratar das tradicionais culturas e criações, como até há pouco tempo fazíamos.

Se Santa Catarina foi um tradicional plantador de fumo, ou se foi um tradicional produtor de leite, não quer dizer que obrigatoriamente deva continuar a ser, se essa atividade não estiver, adequadamente, remunerando o nosso produtor. E aí eu destaco uma atividade que a Frencoop produziu há poucos dias.

Sob a liderança do Deputado Odacir Zonta e com a presença do Luiz Temper, que hoje representa o sistema cooperativo, e do Rubens Altman, a falar sobre selo de qualidade, tivemos um início de uma discussão nessa direção.

Da manifestação colhida naquele momento, Deputado Odacir Zonta, que eu espero que se alongue e prolongue para que possamos extrair do Luiz mais e mais informações, ficou o convencimento, cada vez maior, de que nós precisamos urgentemente, para dar respostas ao nosso agricultor e ao nosso produtor, olhar nessa direção, na direção da reconversão de atividades, na direção de uma busca de alternativas. E hoje, encadeando esse assunto todo, ouvimos aqui uma explanação a respeito da Escola Rural Acadêmica Comunitária.

Na verdade, senhores Deputados, que aqui estiveram no ambiente da Secretaria da Educação, é mais uma tentativa, e eu diria, uma boa tentativa, de fazer com que a população, que ainda tem no seu dia-a-dia a atividade agropecuária, possa ter não apenas a expectativa da sobrevivência, Deputado Gelson Sorgato, mas, sim, muito melhor do que isso, a esperança de que naquela atividade possa se destacar o empresário rural, com uma atividade digna que lhe remunere de forma adequada - o investimento na área da formação, o investimento na área da educação. Investimentos, esses, que a própria Epagri já vem fazendo com seus cursos de profissionalização. Investimentos, esses, que esta Casa, através da lei de produção artesanal, da qual V.Exa., inclusive, é signatário, infelizmente não pôde ainda, e essa era a nossa esperança, ou seja, de durante o prazo do seu mandato, ter o término da sua regulamentação. Esse era um sonho de todos nós.

Esperamos que aqui, de novo, V.Exa. nos ajude a terminar a regulamentação. E essa experiência trazida aqui pelos Prefeitos de Canoinhas, de Mafra e pelo Presidente da Cooperacoinhas poderá ser mais um alento para que, os filhos dos avicultores, os agricultores e as pessoas que pensam em transformar a agricultura em algo empresarial e moderna, possam também

encontrar nesse modelo de formação um modelo adequado, ajustado à condição de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Agradecendo a oportunidade do aparte, quero também saudar, na pessoa do Presidente, todos os senhores Deputados desta Casa.

Deputado Eni Voltolini, ouvindo atentamente V.Exa. comentar sobre o leite, quando sabemos muito bem que o Congresso Nacional sobretaxou a entrada do leite em 0,27, enquanto nos países vizinhos é de 0,10, gostaríamos de dizer que essa é uma concorrência desleal, que tira do pequeno produtor a oportunidade de poder competir na abertura do Mercosul.

Ouvindo também a colocação de V.Exa. referente a diversas atividades no Estado de Santa Catarina, inclusive da pequena indústria artesanal, gostaria de dizer que, mesmo não estando regulamentado, o Fundo de Desenvolvimento Rural tem financiado inúmeras pequenas indústrias artesanais, com a fiscalização da Cidasc, e quando passa para um suporte maior é fiscalizada pelo Ministério da Agricultura.

Gostaria de, senhor Deputado, em outra oportunidade, abordar todos os assuntos que dizem respeito à fumicultura, à suinocultura e à avicultura do nosso grande Oeste, onde está o produtor.

Gostaria, antes de encerrar o meu aparte, de passar uma informação: o Movimento Sem Terra assentou até hoje quatro mil agricultores e deixaram as suas propriedades mais de vinte e cinco mil agricultores que já estavam em plena atividade.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Com toda a certeza, nós vamos nos valer dessa vantagem de ter agora um ex-Secretário da Agricultura em tempo integral na Casa. Então, tudo aquilo que nós gostaríamos de fazer através de convites especiais, vamos fazer com a presença diuturna do Secretário aqui, e certamente teremos muitas coisas para falar e perguntar ao ex-Secretário, mas será sempre o Secretário da Agricultura.

Desta forma, deixo também alguns encaminhamentos, que certamente iremos ter a condição de abordar e de nos aprofundar, para que daqui, desta Casa, nós possamos tirar alguns direcionamentos tanto na questão da fumicultura, na produção do leite, quanto na intenção maior do investimento, da profissionalização do nosso agricultor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Gelson Sorgato, a quem desejamos um bom retorno às lides legislativas, como diz o Deputado Eni Voltolini. O ex-Secretário agora é um homem da agricultura, com tempo integral a serviço da causa.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Senhor Presidente, senhor Vice-Presidente, senhores membros da Mesa, senhores Deputados, é uma satisfação e uma alegria poder retornar a esta Casa, ao convívio dos nobres colegas Deputados, integrantes de todas as Bancadas.

Estamos aqui para incorporar o nosso trabalho ao trabalho dos demais Parlamentares, mas o nosso retorno a esta Casa é, inicialmente, para poder discutir todo o nosso conhecimento no que diz respeito à agricultura, que tivemos o prazer de enriquecer percorrendo todas as regiões do Estado de Santa Catarina, inclusive outros países, outros Estados da Federação brasileira.

O Deputado Eni Voltolini bem colocou a situação em que se encontra o fumicultor, o produtor de leite. Eu dizia também que nós temos uma situação difícil na região Oeste, que é o Grupo Chapecó, mas quantos e quantos pro-

dutores, avicultores não recebem a produção do seu lote e vêm no dia-a-dia produzindo alimentos para o Estado de Santa Catarina?

Enquanto nós vemos uma Perdígão, que recebe incentivos e amplia as suas unidades nas regiões de Videira, Salto Veloso, Lages, Herval d'Oeste, vemos outras agroindústrias à beira da falência, tendo que fechar as suas portas, trazendo com isso o desespero não só para o empregado, para o agricultor, para o transportador, como para a administração municipal, pois significam economia para o Município.

De que forma nós podemos ajudar, contribuir e incentivar? Até o presente momento essa forma ainda não foi definida, mas a certeza que temos é que o grupo foi avaliado e que a sua dívida é de 310 milhões. E o grupo que quer adquirir, oferece 150 milhões para os grupos e bancos que têm o seu crédito e precisam receber aquilo que financiaram.

Tudo isso é um impasse. Mas virão outros, pois o pequeno produtor do sistema cooperativista, que tinha um aviário de 25, 50, 100 metros, alojando 3, 6, 12 mil aves, terá no futuro, pelo sistema de transporte e pela abertura de mercado, a concorrência. Assim sendo, terá que alojar não só 10, 12 mil aves, mas 100 mil aves. Com isso, haverá a exclusão de 8, 9 avicultores, que têm seus abatedouros a uma distância maior do sistema viário. Com tudo isso, não sabemos a mágica para estancar o êxodo rural, que faz com que o modelo catarinense da pequena propriedade acabe.

Vimos o novo Ministro da Agricultura, Francisco Turra, numa entrevista, dizer que o seu trabalho, por determinação do Presidente da República, é aumentar a produtividade e gerar empregos, eis que temos estancada uma produtividade de 77 milhões de toneladas, com uma previsão para este ano de 79 milhões.

A Argentina, país vizinho ao Brasil, tem uma previsão de 63 milhões de toneladas de grãos, aumentando, com isso, a produção de grãos de milho nos últimos dez anos em mais de 180%. E nós, há quantos e quantos anos estamos estagnados na mesma produção?! No nosso Estado, os agricultores da pequena propriedade, toda ela ocupada, conseguem se manter produzindo uma quantidade em torno de 5.125 milhões de toneladas. Essa é a previsão para este ano. Isso que tivemos a melhor safra entre 96/97, com 5.300 milhões de toneladas!

Tudo isso nós teremos e poderemos aumentar, mas para isso precisamos profissionalizar o pequeno produtor, criando centros profissionalizantes, convênios com a Faesc, com o sistema do Senar.

Dizia o Deputado Eni Voltolini que só dessa forma poderemos produzir com qualidade para poder competir no mercado, mas com certeza nós só vamos obter isso quando tivermos pesquisas, dados e levantamentos suficientes no sentido de orientar o nosso produtor sobre qual a semente que lhe dará garantia de produção e de comercialização.

Infelizmente, hoje não temos esses dados em nível de Brasil nem em nível de Santa Catarina, o que temos são orientações por zoneamento de produção, mas não temos um conhecimento sobre o mercado externo para colocar o que produzimos no mercado de Santa Catarina e do Brasil. Sendo assim, teremos um grande desafio pela frente.

Dizendo isso, quero que este projeto da Fecoagro, feito juntamente com a FAO, tenha o seu avanço, ou seja, que seja feito um levantamento para podermos orientar melhor o nosso produtor, para melhor comercializar a nossa produção.

Para que Santa Catarina consiga manter as suas agroindústrias, deverá ter planos de replantio ou planos de plantio, de incentivo ao pequeno produtor, a fim de que tenha uma semente melhor e, com isso, ter um aumento de produtividade, garantindo as agroindústrias estabelecidas em nosso Estado.

Senão, com certeza as nossas

agroindústrias irão para o Centro-Oeste ou para outros países, com isso gerando ainda mais desemprego. Nós precisamos compactar, ter a aproximação da Faesc, da Fetaesc, da Fetrafesc, do sistema cooperativista; ter uma ação conjunta da Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina, das empresas a ela vinculadas, do Governo do Estado para diminuir o sofrimento desse pequeno produtor, que não tem ganho para a sua manutenção na agricultura de Santa Catarina.

Nós percorremos o Estado de Santa Catarina e vimos, com tristeza, na região Oeste, que em Romelândia existem mais de dois mil agricultores afastados procurando mercado de trabalho em São Paulo. Mais perto de Chapecó, as pessoas se deslocam para o Rio Grande do Sul, procurando na colheita da uva e em outros trabalhos manuais a sua manutenção.

Então, deveremos ter programas a longo prazo para gerar empregos na agricultura, para manter esse pequeno produtor lá, produzindo alimentos.

Deputado Carlito Merss, sabemos das dificuldades financeiras dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, mas cada produtor deveria ter o ganho de um salário mínimo para permanecer na agricultura. E aquele que deixasse a sua atividade, perderia essa aposentadoria, mas desde que tivesse uma programação de um "x" de produção, teria o ganho desse salário, para se manter na agricultura produzindo alimentos para toda Santa Catarina e para o Brasil.

O Sr. Deputado Ciro Roza - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Ciro Roza - Deputado, é um prazer muito grande podermos contar novamente com os seus trabalhos aqui na Casa. Sei que V.Exa. fez um trabalho brilhante na Secretaria da Agricultura, mas com relação à situação que vivem hoje os agricultores, não só em nível de Estado mas em nível de País, isso nos preocupa muito.

Preocupa-nos porque está fundamentado todo esse insucesso da própria agricultura na parte da comercialização. V.Exa. vê que hoje é a iniciativa privada que está à frente disso, é a iniciativa privada que está financiando o agricultor, porque você vai com seus projetos junto ao Banco do Brasil e lá não existem recursos disponíveis para isso, e quando existem, é um percentual bem aquém daquilo que seria necessário para se colocar a semente, o adubo na terra e fazer a colheita da safra.

Temos um exemplo vivo disso agora, especialmente no Centro-Oeste brasileiro, onde tive a oportunidade de há uns vinte dias participar de debates, inclusive junto a agricultores, que estão fazendo uma grande colheita. Houve investimentos na parte de tecnologia, do avanço genético. Hoje no Centro-Oeste estão colhendo de 45 a 50 sacas por hectare, enquanto há cinco anos se colhia 35, 36 sacas.

Então, houve um avanço. Mas, na verdade, a soja e do milho são culturas de latifúndio, bem como o arroz. Temos que entender e encarar a coisa realisticamente, porque o agricultor, ao insistir em plantar milho, soja e arroz, não vai ganhar para o seu sustento.

Mesmo hoje colhendo 45 sacas por hectare, que é uma produção, na média, das mais altas, sobra para esse agricultor 38 a 40 reais por hectare. Aquele que colhe 40 sacas por hectare, que é uma produção alta também, passa a ter prejuízo.

Portanto, eu acho que no momento da colheita os preços caíram, especialmente no Mato Grosso, onde caiu de R\$13,50 para R\$9,20, e os agricultores, que têm compromissos que devem ser cumpridos até o final do mês, têm que entregar a sua safra por esse preço. Sendo assim, não vai sobrar absolutamente nada!

O agricultor teria que ter um suporte do próprio Governo Federal para atravessar esse momento, através de um financiamento, e que

fosse permitido que a soja, o milho ou o próprio arroz tivessem um preço que pudesse cobrir as despesas e ainda sobrar alguma coisa para aquele que durante todo esse último ano se dedicou à lavoura.

A Argentina não se preocupa, porque nesse momento em que tem uma grande safra, procura logo um mercado...

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - V.Exa. me permite, Deputado? Na Argentina, o saco de uréia custa R\$10,00, no Brasil custa R\$22,00! Como é que nós podemos competir?

O Sr. Deputado Ciro Roza - Exatamente! E nós precisamos fazer com que caia o preço do custo do plantio e que esse preço esteja a contento.

Eu sei que usei muito do seu tempo, mas quero ser parceiro nessa sua empreitada. Eu acho que nesse momento o Brasil precisa estar atento, porque a sabedoria diz que "se queremos comer, temos que plantar", e se não tiver uma política adequada, com certeza ninguém vai mais plantar neste País!

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Para encerrar, vou citar o caso de uma pessoa que fez um financiamento de leasing com duração de sete anos. Fazendo os cálculos, ela pegou 480 milhões, pagou esses 480 milhões e ainda deve 1.300 milhão de reais!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o senhor Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente e senhores Deputados, fiquei ouvindo atentamente o pronunciamento do ex-Secretário Deputado Gelson Sorgato, agora novamente nosso Colega, e queria fazer algumas observações.

Tudo que S.Exa. disse é verdadeiro, temos que valorizar a agricultura. Eu estou com 42 anos, meus pais eram agricultores, ainda tenho parentes hoje que labutam nessa área, e estou ouvindo isso desde que eu tenho consciência de alguma coisa.

Porém, a grande política, aquela que decide efetivamente as coisas que acontecem nesse grande império que é o Brasil, está se transformando, tem uma lógica perversa. Vou apenas me reportar aos últimos três anos do Plano Real.

O Plano Real está sustentado (e vou repetir isso pela enésima vez) em duas âncoras: a âncora verde, que arrebitou a agricultura, principalmente a agricultura familiar, cooperativada, porque ela necessita manter o preço da cesta básica zerada, pois se a comida não aumentar, a inflação não existe.

O custo social disso, Deputado e ex-Secretário Gelson Sorgato, V.Exa. sentiu na pele nesses catorze meses que ficou na Secretaria da Agricultura. E muitas vezes, mesmo com boa vontade, V.Exa. não pôde fazer muitas coisas, porque nem sempre os atos da sua Pasta, pelas suas condições, suas possibilidades, resolveriam o problema que a nossa agricultura sofre.

Infelizmente, o PMDB, o PFL, o PPB, o PSDB apoiam essa política que está quebrando a agricultura. Essa é a verdade, o restante é blablablá, é conversa fiada.

E nós ficamos aqui nos desgastando no varejo, na questão da gravidade, do aumento dos sem-terra, da transformação de pequenos proprietários em sem-terra ou em favelados na cidade, essa é a grande verdade! Porque, além da âncora verde, nós temos a âncora cambial, que V.Exa. acabou de usar no último momento da sua fala, quando usou o exemplo do financiamento. Esse Plano sobreveio com a âncora verde e com a âncora cambial, maluca, perversa, criminosa, eu ousou dizer, com uma taxa de juros altíssima, com certeza a maior taxa de juros do mundo, que está inviabilizando não só a agricultura mas o pequeno

proprietário, o pequeno investidor, a pessoa que efetivamente queira trabalhar.

Nós estaremos analisando daqui a alguns dias um projeto, que deverá aportar a esta Casa, da isenção ou da prorrogação de ICMS, Deputado Gelson Sorgato, e os números que temos aqui mostram que hoje existem, entre sonegadores e inadimplentes, vamos até fazer essa separação, 1.600 bilhão de reais que o Governo não conseguiu arrecadar, o que significa praticamente dez arrecadações mensais deste Estado. Então, se a metade disso fosse recolhida, quanto que este Estado poderia resolver, inclusive em nível de financiamento!

Algumas soluções estão aqui, Deputado Gelson Sorgato. Está tramitando nesta Casa, por exemplo, o projeto do Deputado Neodi Saretta que cria o Banco do Povo, que é uma cópia ou uma adaptação do que nós temos em Porto Alegre, em Brasília, no Distrito Federal. Com muito custo estamos criando em Blumenau, através da união da Prefeitura Municipal com o BNDES, para possibilitar financiamento ao micro e pequeno empresário.

Também está tramitando nesta Casa o programa de renda mínima, do Deputado Volnei Morastoni, que possibilitaria isso que o Deputado Gelson Sorgato usou aqui como exemplo: a garantia de uma renda mínima às pessoas. Porém, senhores Deputados, vamos parar de fazer falsos discursos aqui, eis que a grande política defendida pela maioria, inclusive desta Casa, não quer mudanças.

O que nós estamos vendo é, sim, um desmantelamento do Estado Nacional; estamos vendo hoje setores que efetivamente querem trabalhar sem poder fazer isso. Porque a lógica deste Governo é tudo ao Proer, alguns números falam em 20, 28, 30 40 bilhões. E sabe-se, Deputado Afonso Spaniol, que o Banco Bamerindus vai precisar de mais aportes. Ora, não foi vendido, pois sistema financeiro dá lucro! Mas, com certeza, nós sabemos que irá mais dinheiro público para este setor.

Nesta manhã tivemos um debate importantíssimo, nesta Casa, promovido pela Comissão de Saúde, que trata da questão da dengue, uma doença do século passado que ainda hoje está aí.

Qual é o problema? O Orçamento, Deputado Afonso Spaniol! Há números comprovando que nos últimos seis anos no setor saúde, e principalmente no setor de prevenção, o valor para esses projetos foram reduzidos drasticamente, e aí nós chegamos a esta conclusão.

Portanto, Deputado Gelson Sorgato, nós vamos continuar até o final deste ano fazendo muitas moções, muitas emendas, muitos requerimentos em relação à questão da saúde. Mas não vamos resolver, porque quando nós tentamos, na discussão do Prodec Agroindustrial, encaminhar essa discussão, fomos bombardeados pelo lobby dos grandes grupos e das grandes agroindústrias.

Eu não acho correto usar dinheiro público para financiar somente os grandes grupos, nós sabemos que muitos pequenos proprietários é que estão dependendo desse financiamento. Ora, o projeto que passou nesta Casa, contra a decisão da Bancada do PT (e nós tivemos problemas políticos em relação a isto), simplesmente está financiando os grandes grupos, que têm possibilidade de ter linhas de financiamento, têm capacidade inclusive de endividamento, de conseguir receitas e conseguir financiamentos de outras formas.

Então, não vamos fazer jogo de palavras aqui, principalmente num ano eleitoral. Há uma grande política que define isso: nada aos pequenos, nada à agricultura, nada ao micro-empresário, nada à educação, nada à saúde, tudo aos banqueiros, tudo ao sistema financeiro!

Estamos ajoelhados perante uma lógica neoliberal, que começou com o Governo Collor e continua de uma forma muito mais violenta, graças ao sociólogo Fernando Henrique Cardoso. E o que nos dói é que os representantes do povo (e os que estão nesta Casa sabem disso, porque

estão em sua base eleitoral sentindo no dia-a-dia os pequenos agricultores, os empresários, os trabalhadores e os aposentados), tentam colocar uma cortina de fumaça junto aos seus eleitores, não tendo a coragem de colocar o dedo na ferida.

As consequências dessa política neoliberal poderiam ser minimizadas aqui, sim, porque infelizmente a política adotada pelo senhor Paulo Afonso é uma cópia mal feita dessa política nacional, que tem, inclusive, detonado o Estado de Santa Catarina, que foi um modelo do qual todos os catarinenses se orgulhavam, com pequenos proprietários rurais, pequenas indústrias, pequenas cidades. Não tínhamos grandes aglomerados urbanos, nem mesmo em Joinville, a maior cidade, com cerca de 500 mil habitantes.

O que estamos vendo hoje é um esvaziamento de outras regiões (Alto Vale, Oeste, Planalto Serrano e Planalto Norte), com um fluxo no litoral. E os números do IBGE colocam a gravidade do aumento da população no eixo Curitiba/Florianópolis.

Infelizmente, ficamos aqui discutindo picuinhas, detalhes, e não temos a coragem, a competência inclusive, de exigir do Governo Estadual a grande política de desenvolvimento regional, para que possamos discutir política com "p" maiúsculo, porque senão vamos ficar aqui fazendo de conta que estamos preocupados com os problemas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o senhor Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Senhor Presidente e nobre senhores Deputados, eu havia preparado um discurso por escrito, de quatro páginas, mas pela exiguidade do tempo e até pela pouca presença de Deputados, eu vou deixar para semana que vem, justamente enfocando também o tema crise na agricultura.

Senhores Deputados, a situação está mais grave do que às vezes parece ser. No Oeste catarinense, se não forem tomadas medidas radicais, duras e sérias, comunidades inteiras vão sumir do mapa, vão se transformar em poteiros, em campos de capim e capoeira. Daqui a pouco não vai mais ter propriedade e vai ter poucos empresários, com Municípios falindo.

Como dizia há pouco o Deputado Carlito Merss, aqui se faz muita retórica, muito discurso, mas pouca ação prática e pouca intenção de fazer as coisas acontecerem efetivamente no campo da agricultura.

O Deputado Gelson Sorgato, que esteve por quatorze meses ocupando a Pasta da Secretaria da Agricultura num Governo centralizador, onde o Governador comanda e centraliza tudo, estava aqui relatando os problemas, as necessidades, as injustiças cometidas com a agricultura. Com toda a boa intenção do nosso Colega, eu vejo ao mesmo tempo o seu Partido, em nível nacional, fechando acordo pela reeleição daquele que está destruindo, arruinando, acabando com o nosso pequeno agricultor.

Então, existe de fato uma contradição muito profunda entre aquilo que se diz e a prática.

A questão é grave, senhores Deputados. O Deputado Eni Voltolini entrou no assunto da suinocultura, e nós temos que, urgentemente, reunir as Assembléias Legislativas dos três Estados do Sul com as cooperativas, com os sindicatos, enfim, com todos os segmentos ligados à agricultura e intimar os diretores das fumageiras para uma reunião muito séria, onde eles devem dar explicações, devem dizer da perspectiva e das mudanças que deverão ser feitas no trato com os nossos fumicultores.

Quanto à questão da classificação, todo ano mudam os critérios da classificação do fumo. O preço da arrouba do fumo não tem aumento praticamente há três anos, enquanto

que os insumos, a uréia, os defensivos aumentaram de 200 a 300% nesse período.

Não é possível entender que as mesmas multinacionais, como aqui foi dito, vendem um saco de uréia na Argentina por 10 dólares e no Brasil vendem essa uréia, possivelmente com os mesmos ingredientes, por 18, 20 dólares. Portanto, as fumageiras devem ser chamadas, intimadas, porque não é possível nós deixarmos mais os fumicultores nessa situação de incerteza, de insegurança.

Eu tenho aqui um discurso escrito com dados, com levantamentos, e vou fazê-lo na próxima semana, porque a situação está muito mais grave, requerendo medidas urgentes, e daqui a pouco não tem mais o que se fazer.

Então, vou deixar para fazer com mais tempo esse discurso em defesa do nosso pequeno agricultor, porque se não forem tomadas essas medidas, daqui a pouco não haverá mais pequeno agricultor em nosso Estado!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, senhores Deputados, catarinenses, no primeiro semestre de 1997 uma denúncia chegava ao gabinete da Liderança do PPB, e naquela oportunidade, ainda na condição de Líder, orientava a nossa assessoria para que buscasse averiguar a certeza de tal fato.

Na verdade, era um alerta trazido por um companheiro correligionário a respeito do Decreto nº 1.719, de 21 de março de 1997, e nesse decreto, como um ato do Poder Executivo, publicado em Diário Oficial, o senhor Governador alterava a nomenclatura e remanejava cargos de provimento em comissão do grupo de Direção e Gerência Superior - DGS - e dava outras providências.

Desde aquela data foram se juntando vários documentos a esse processo, culminando nos dias de hoje com esse volume de documentos que nós estamos trazendo aqui para o conhecimento e apreciação dos senhores Deputados.

A nossa assessoria produziu, ainda no findar do ano de 1997, uma consulta ao senhor Governador do Estado a respeito da situação dos cargos de provimento em comissão. O senhor Governador, respondendo ao pedido de informação que nós encaminhamos, disse que as solicitações dessa natureza já se encontram normalmente atendidas, porque são publicadas em Diário Oficial, através de decreto probatório ou simplesmente por extrato, com todas as especificações exigidas. Ou seja, mandou-nos que procurássemos nos Diários Oficiais.

Nós fomos procurar nos Diários Oficiais, e levamos mais de meio ano para que tivéssemos a garantia e a certeza de dizer isso que vamos dizer agora.

Para que nós possamos reconstituir um pouco os fatos, eu começo a partir de uma informação onde o Governador, anunciando a sua reforma administrativa, no início de 1995, enviou para cá um projeto que culminou com a Lei nº 9.831, que dispõe sobre a organização da administração pública, estabelece diretrizes para a reforma administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.

Esta lei veio acompanhada de um belo discurso, o da redução de cargos, da economia do dinheiro público com relação a cargos, principalmente em comissão. E esta Casa, depois de alguma deliberação, votou o projeto que deu origem à Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995.

Anexo à lei, existe a fixação dos quantitativos. A lei não apenas determina os cargos, a estrutura, mas também determina os quantitativos, ou seja, quantas pessoas ocupam que funções em cada uma das estruturas. Isso é um atendimento a uma norma constitucional, deve

ser feito assim.

Então, para atendimento a essa norma constitucional, a Lei nº 9.831, no seu art. 116, fixava os quantitativos de cargos de provimento em comissão nos anexos que vieram até esta Casa, de nºs I a XVIII. Todos os quantitativos para cada estrutura do Poder Executivo estavam aí determinados. E no § 1º do art. 116 estava a extinção de todos os cargos criados pela lei anterior do Governo, que era a Lei nº 8.240, de 12 de abril de 1991.

Portanto, era como se nós tivéssemos limpado a situação anterior, começado uma vida nova dentro da estrutura atual proposta, com os quantitativos propostos no art. 116 da Lei nº 9.831. Isso era o que nós pensávamos.

O que aconteceu? Durante a administração Kleinübing/Konder Reis, algumas estruturas foram criadas após a lei que criava a estrutura e fazia a reforma administrativa. Essas leis complementares foram incorporadas ao processo de reforma administrativa, mas não constavam e não eram alcançadas por este § 1º do art. 116 da atual lei, a Lei nº 9.831.

E eu cito, por exemplo, aquelas que ficaram fora do alcance desta lei, as que tratavam da criação do Departamento de Edificação e Obras Hidráulicas, o DEOH, criado pela Lei Complementar nº 70/92, a Fundação Catarinense de Desporto, criada pela Lei nº 9.131/93, e a Secretaria de Estado da Comunicação Social, criada pela Lei nº 9.003/93. Estas estruturas com seus quantitativos ficaram fora da lei originária, da lei que criava e criou a estrutura na administração Kleinübing/Konder Reis.

Decorridos mais de dois anos, de 1995 a 1997, desta reforma administrativa, o Executivo descobriu essa reserva técnica e que ali estavam algumas leis criando e definindo algumas estruturas que não tinham sido eliminadas. E o que ele fez? Começou a fazer através de decretos, como esse que citei, e como alguns que nós conseguimos detectar, começou a fazer remanejamentos, novas destinações, retirar cargos, amparado naquelas três legislações complementares que não tinham sido extintas.

O problema é que este acerto, este ajuste que o Poder Executivo fez onerou os cofres públicos com mais quarenta e dois cargos de provimento em comissão. Quarenta e dois cargos, assim distribuídos: 06 cargos DGS-1, 20 cargos DGS-2 e 06 cargos DGS-3.

Em relação à situação exposta deve-se fazer ainda as seguintes ponderações: para o Gabinete do Governador do Estado foram destinados 08 cargos; para a Casa Civil foram destinados 08 cargos; para a Secretaria de Governo foram destinados 05 cargos; para a Secretaria de Estado da Administração foram destinados 04 cargos e para a Secretaria de Estado da Fazenda 03 cargos.

Então, com relação a este arranjo ou a este acerto produzido através de decretos, cabe-nos esclarecer algumas questões que são importantes, porque se o número de cargos eventualmente não nos preocupa, se nós consideramos que quarenta e dois não é tão relevante assim, que são apenas 30 quarenta e dois cargos, se nós imaginássemos isso, nós vamos discutir a questão da legalidade destes procedimentos.

Diferentemente das justificativas trazidas no bojo dos decretos que remetem às questões elencadas nos arts. 71, 116 e 120, dando a entender isto como prerrogativa e competência do Governador, eu quero apenas refrescar a memória de todos os Deputados dizendo que em nenhum momento é atribuição do Governador remanejar cargos públicos, sob o título de remanejamento ou qualquer outra denominação. O que se está tentando apenas fazer é transformar cargos de provimento em cargos de comissão, foi isso que aconteceu, ou seja, transformação de cargos de provimento em cargo de comissão, mas o título, a justificativa é remanejamento.

Segundo a regra constitucional vigente,

a deliberação sobre a criação, transformação e extinção de cargos é competência exclusiva do Legislativo. Portanto, seria inadmissível que qualquer uma destas situações pudesse, à revelia do Poder Legislativo, ter sido destinada para o Executivo. A não ser que isso pudesse ter sido objeto de emendas constitucionais, como até já aconteceu aqui no Estado, mas com o advento da Constituição de 1988 todas essas alterações foram eliminadas.

Então, na verdade o que nós temos hoje é novamente uma denúncia de um desmando praticado pelo Governo de Santa Catarina. Mais uma vez os discursos de redução de gasto público, da moralidade, da legalidade e da transparência estão colocados em xeque, e não apenas por denúncia vazia, porque temos aqui os documentos, uma farta prova documental para respaldar todo o processo de ilegalidade, de inconstitucionalidade praticada pelo Governo catarinense.

O que disso vai resultar, eu não sei! Tantas denúncias já foram praticadas nesta Casa; tantas vezes já se falou de questões, eu não diria mais sérias ou mais importantes do que essas, porque acho que quando existe um processo de ilegalidade, elas são por si só sérias e relevantes, e, infelizmente, não chegamos ainda à consecução.

Por conta disso, estamos encaminhando, em nome do PPB, um requerimento que busca transferir essas questões a quem tem a responsabilidade técnica de averiguar, que é o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; que busca oferecer a ele não apenas uma impressão, não apenas um comentário de bastidores, não apenas um comentário de corredores, mas provas documentais da flagrante inconstitucionalidade e ilegalidade produzidas pelo Estado de Santa Catarina, para que o Tribunal de Contas faça apenas o seu papel, que é o de verificar, de averiguar.

Imagino que esta Casa, preocupada como sempre foi com a verdade, não irá se opor, de forma nenhuma, que o Tribunal de Contas exercite o seu dever sagrado de responsabilidade com este Estado, para que possamos tirar a limpo essa questão.

Ao mesmo tempo, então, que faço esta denúncia, consubstanciando em documentação, apelo a todos os Parlamentares que aprovelem este requerimento, porque é um requerimento que irá oferecer a condição para Santa Catarina extrair a verdade sobre o que antes era apenas um comentário e que depois se transformou em denúncia, mas que agora parece ser realidade.

Deputado Gilson dos Santos, eu utilizo o termo "parece ser" porque mesmo com documentos, mesmo com tudo isso acostado aos autos, eu ainda imagino que possa haver uma justificativa; eu ainda imagino que possa haver uma informação do Executivo dizendo que nós esquecemos de olhar uma determinada palavra da lei que lhe daria essa condição. E é por conta e apenas disso que solicitarei aos nobres Deputados que aprovelem o requerimento, para que seja encaminhado ao Tribunal de Contas, para depois poder dizer ao Governo do Estado tudo aquilo que gostaria de dizer agora, mas que vou reservar para o momento certo, para fazer e colocar os adjetivos dos quais ele é merecedor, se tiver praticado esses atos aqui colocados.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Isto é exatamente o cacete da responsabilidade. E V.Exa. foi muito feliz quando concluiu dizendo que quer uma manifestação do Tribunal de Contas quanto à legalidade dos atos e que espera que o Governo catarinense realmente explique que nós estamos enganados. Foram mais de 6 meses de coleta de documentos e eu não tenho dúvidas de que houve a criação de cargos através de decreto.

Porém, vamos aguardar as manifestações e V.Exa. está de parabéns porque foi quem

buscou todos os documentos que aí estão acostados a colocar aquilo que entende ser veraz.

Por isso tem V.Exa. o nosso integral apoio, e temos a certeza de que o Tribunal de Contas tem amplas condições de esclarecer devidamente esse assunto que é muito grave, mesmo sendo a criação de apenas 40 cargos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Eu diria apenas, entre aspas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente e senhores Deputados, não cabe a este Deputado da Oposição ao Governo de Santa Catarina fazer qualquer indicação a qualquer cargo deste Governo, mas como no dia de ontem houve posse de novos Secretários, novas pessoas assumiram o comando em algumas Secretarias do Governo, eu quero registrar, como blumenauense, como representante do Vale do Itajaí, que felizmente Blumenau foi lembrado, não para o primeiro escalão, mas para o segundo escalão do Governo, através da Secretaria da Saúde.

Ontem tomou posse o Secretário Adjunto da Secretaria da Saúde Dr. Fernando Vianna, do Município de Blumenau. Logicamente ele é filiado ao PMDB, mas quero fazer o registro de que Blumenau e o Vale do Itajaí, com certeza, vão ganhar com essa indicação.

Lembro-me muito bem quando fui eleito como Vereador, em 1982, na cidade de Blumenau, e o então hoje Secretário Adjunto Dr. Fernando Vianna também era o Secretário da Saúde naquele Município e o Prefeito era o senhor Dalton dos Reis. Nesta oportunidade eu era Oposição ao Governo, mas sempre fui bem atendido pelo então Secretário Fernando Vianna, pessoa que não olhava cor partidária, que atendia a todos por igual, que sempre se preocupou com a saúde de Blumenau. Ele, como médico - atualmente era coordenador da saúde no Vale do Itajaí - tem feito, sem dúvida nenhuma, um grande trabalho.

Eu me pronunciei algumas vezes nesta tribuna, Deputado Reno Caramori, e V.Exa. e os demais Deputados são testemunhas de que Blumenau e o Vale do Itajaí estavam sendo discriminados com o comando da saúde do Governo do Estado de Santa Catarina. Poucas vezes recebemos atenção da Secretaria da Saúde e quando recebemos na oportunidade um cheque de R\$30.000,00 acabou voltando por falta de fundos.

Mas agora com o Dr. Fernando Vianna, como amigo dos blumenauenses, eu quero aqui fazer o registro, isso vai melhorar, e eu vou cobrar também dele algumas melhorias, principalmente o problema do Hospital Santo Antônio de Blumenau, que é um hospital que ainda atende o nosso operário, a nossa dona de casa, o nosso agricultor, aqueles que não têm nenhum plano de saúde e que muitas vezes deixam de ser atendidos em outros hospitais por não terem um plano de saúde.

Quando se quer fazer uma cirurgia pelo Sistema Único de Saúde muitas vezes não se consegue, tem que levar para Florianópolis, Curitiba ou São Paulo, porque realmente não tem condições de atender uma pessoa carente na cidade de Blumenau. E o Hospital Santo Antônio tem feito dentro das suas possibilidades. É um hospital mantido pelo Poder Público Municipal.

Nós estamos lá reivindicando um hospital regional universitário. Fui escolhido no ano passado como coordenador de uma comissão representada por empresários, associações comerciais, CDLS, sindicatos, Câmaras de Vereadores, Associação dos Prefeitos do Vale do Itajaí, sindicatos médicos, enfim, todas as entidades participando de uma comissão para

lutar em busca do hospital regional universitário.

Ninguém é contra, mas Rio do Sul tem hospital que não é mantido pelo Governo, mas foi feito pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal.

O Sr. Deputado Lício Silveira (Intervindo) - Pelo Governo e pela comunidade.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Chapecó, Criciúma e Joinville têm hospital regional. Florianópolis tem seis ou sete hospitais mantidos pelo Governo do Estado e nós, no Vale do Itajaí, que somos uma das maiores arrecadações para os cofres públicos, tanto do Estado quanto do Governo Federal, estamos sendo discriminados.

Mas esta Comissão está feita, Deputado Gilson dos Santos, temos inclusive agora a participação expressiva da universidade de Blumenau, a nossa querida Furb, que comprou o terreno para a construção do Hospital Regional Universitário.

Vemos que lá tem parceria, inclusive foi aprovada no Orçamento Regionalizado (lembro que na reunião estavam presentes nove ou dez Deputados Estaduais) uma emenda de R\$3.000.000,00 para o Hospital Regional Universitário de Blumenau, e como temos agora o Dr. Fernando nesta missão, que representa a cidade de Blumenau, vamos realmente cobrar.

O Dr. Fernando será uma peça importante para ajudar o Vale do Itajaí, porque o Governo tem feito discriminação e não temos ninguém no primeiro escalão.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Nobre Deputado, estou realmente surpreso, pensei que V.Exa. iria à tribuna para dizer que Blumenau tinha emplacado duas ou três Secretarias de Estado, já que é uma das potências do Estado de Santa Catarina.

Sem dúvida nenhuma, o registro de uma Secretaria Adjunta não condiz com o nome de Blumenau.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Mas para quem não tem nada...

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Eu estou muito curioso - estou vendo nos jornais essa grande encenação dos históricos com o grupo do Governador - porque não vi nenhum Deputado do PMDB saudar os novos Secretários de Estado. Parece-me que não é do gosto da Bancada, senão estariam aí a tecer considerações, a tecer loas àqueles que foram escolhidos. Aliás, está bem caracterizado porque alguns Líderes do Governo, do PMDB desta Casa sequer foram à posse. Eu estou dizendo isso porque tem uma nota na coluna de Moacir Pereira que diz que é inexpressivo o secretariado.

Sinceramente, gostaria que V.Exa. ocupasse a tribuna e dissesse que Blumenau, que é a segunda ou a terceira potência do Estado, está com o Secretário a, b ou c. Mas não, V.Exa. é modesto, vem aqui louvar a escolha do Secretário-Adjunto da Saúde, que, espero, leve cheques com provisão de fundo.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Nobre Deputado, estou falando da pessoa do Dr. Fernando Vianna. Como falei aqui anteriormente, não posso sugerir nomes, até porque o Governo não é nosso.

Parabenizo o Dr. Fernando Vianna, que sempre atendeu bem, que é pessoa confiável. Acredito que ele possa fazer alguma coisa por Blumenau, pelo Vale do Itajaí.

Não ter ninguém no primeiro escalão é um descaso, é de se lamentar, mas cabe à Bancada do PMDB ver se as pessoas são qualificadas ou não.

O Dr. Fernando Vianna, como pessoa humana, como amigo da comunidade que é, sempre prestou na saúde um bom trabalho, mas vou cobrar dele desta tribuna, vou cobrar as obras que o Vale do Itajaí merece.

Sucesso ao Dr. Fernando Vianna.

Espero que o Secretário da Saúde não tire a tinta da caneta dele, porque ser Secretário-Adjunto sem tinta na caneta vai ser difícil, mas estaremos aqui para reclamar desta tribuna.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Nobre Deputado, acho que ele vai ficar com o lápis, não com tinta na caneta.

Nobre Deputado, este Secretário-Adjunto é da família Vianna, parente do ex-Prefeito?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Ele é irmão do ex-Prefeito Renato Vianna, mas não gosto de fazer comentários, porque para mim não é uma pessoa...

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Também não vou fazer comentários, pelo amor de Deus, era só uma curiosidade!

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Por solicitação do Autor, fica retirada da pauta a votação, já em segundo turno, com sua discussão encerrada em segundo turno, do Projeto de Resolução 009/97 para a próxima sessão.

Sobre a mesa requerimento de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, cumprimentando a sociedade de Papanduva pelo aniversário de emancipação política.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Lício Silveira e outros senhores Deputados, solicitando regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 046/98.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Requerimento de autoria da senhora Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senhor Secretário da Saúde e à senhora Secretária da Educação, requerendo providências imediatas face aos três casos já confirmados e outros dois casos suspeitos de meningite, atingindo alunos do Colégio Hildo Menegetti, no Município de Passos de Torres.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Coronel Valmir Lemos, Comandante da Polícia Militar, solicitando providências no sentido de que sejam apurados fatos ocorridos no último dia 02 do corrente com o senhor Dailton Barbieri, advogado e presidente do Blumenau Futebol Clube e do Tribunal de Justiça Desportivo da Fundação Catarinense de Desporto, que foi agredido, algemado e mantido incomunicável após dar assistência aos torcedores que assistiam o jogo de futebol entre o BEC e o Atlético do Alto Vale, ocorrido no Município de Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos senhores Deputados da Bancada do PPB, a ser enviado ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando a realização de auditoria especial com elaboração de relatório em regime de urgência, sobre esta alteração de cargos de provimento em comissão, no Poder Executivo Estadual, sem autorização legislativa, bem como do levantamento de custos financeiros decorrentes das nomeações praticadas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Luiz Herbst, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro dos Transportes e ao Fórum Catarinense em Brasília, solicitando a continuidade da obra da construção de uma passagem subterrânea sob a BR-116.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Luiz Herbst, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, apelando para que seja aprovado o Projeto Escola Rural Acadêmica Comunitária, apresentado pela Universidade do Contestado, Campus de Mafra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Luiz Herbst, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senhor Antônio Machado, professor da Universidade do Contestado, Campos de Mafra, no sentido de pedir apoio ao projeto da Escola Rural Acadêmica Comunitária.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do senhor Deputado Luiz Herbst, a ser enviada à senhora Secretária de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos com vista à criação e implantação de uma Delegacia da Mulher no Município de Mafra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do senhor Deputado Afonso Spaniol, a ser enviada ao senhor Governador e à senhora Secretária de Estado de Educação e do Desporto, solicitando a celebração de um convênio com a Prefeitura Municipal de Mondai, com a finalidade de favorecer a Associação dos Universitários de Mondai - Assumo - para auxiliar no pagamento das despesas dos estudantes para cursar a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus de Frederico Westphalen.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria da Bancada do PT, a ser enviado ao senhor Governador do Estado, contendo quesitos sobre créditos tributários do Governo do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, através de V.Exa., gostaria de convidar os Membros do PPB para uma reunião, neste momento, na sala da Liderança. Inclusive comprometo-me a dizer e a afirmar que a reunião será rápida e objetiva, até porque nós teremos uma reunião da Comissão na Presidência e outra na Comissão de Justiça.

Por isso convido os Companheiros para uma reunião, neste momento, na sala da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Fica assim registrado a convocação dos Membros do PPB para uma reunião na sala da Liderança.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, há pouco encontrava-me ausente do Plenário quando foram feitas algumas referências, algumas alusões à Bancada do PMDB no que concerne ao processo de recomposição do secretariado de Governo, inclusive até quero agradecer a manifestação do Deputado Wilson Wan-Dall em elogio ao médico Fernando Vianna, irmão do ex-Deputado e ex-Prefeito Renato Vianna, que assumiu a Secretaria Adjunta da Saúde.

Todos os companheiros, como Fernando Vianna, companheiros da estirpe de Neri Garcia, ex-Prefeito de Araranguá; do professor Maurício, da cidade de Tubarão; do Ademar Duwe, que já foi Deputado aqui nesta Casa representando a região de Jaraguá do Sul; do Chicão, do Francisco Rizzadi, Vereador de Florianópolis, que é o Secretário Adjunto da Agricultura, são do maior valor, porque foram bem requisitados e bem escolhidos pelo Governador Paulo Afonso.

Como este assunto foi tornado público ontem, como Líder da Bancada do PMDB, gostaria de dizer que eu, pessoalmente, não compareci ontem aos atos de posse porque a Bancada, enquanto instância partidária, não foi devidamente considerada na recomposição do Colegiado.

Por esta razão vários Companheiros estiveram presentes, até por questões de afinidade, mas eu não fui por esta posição: entendo que qualquer Bancada de apoio ao Governo tem que ser ouvida, consultada, ou, no mínimo, comunicada previamente a respeito da recomposição da equipe do Governo. Por isso não estive presente. Não vai aí nenhum reparo, muito pelo contrário, um registro encomioso aos nomes que

foram escolhidos, mas apenas a forma solitária de escolha dos Secretários de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - A Presidência registra a manifestação do Deputado João Henrique Blasi.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, referente à questão levantada pelo Deputado Wilson Wan-Dall, nós temos que ter por ela o maior respeito, porque cada cidadão que recebe um cargo, o valor que ele dá depende dele.

Numa certa ocasião, na minha cidade de Lages, um cidadão que estava servindo o Exército fez uma festa de três dias porque foi escolhido auxiliar de corneteiro. Então, veja V.Exa., ele achou que aquele era um cargo elevado e muito honroso.

Por isso eu acho que nós não podemos criticar, porque se o cidadão fez uma festa como auxiliar de corneteiro, de três dias, é porque achou que aquele era um cargo importante. Então, realmente o nobre Deputado Wilson Wan-Dall tem toda razão, e eu estou solidário a ele.

Gostaria de dizer a V.Exa. também que às 17h nós vamos fazer a reunião extraordinária da Comissão de Justiça. Eu já consultei os Membros aqui, os integrantes da Comissão, mas fizemos a convocação oficial para as 18h. Então, gostaria que V.Exa. tornasse oficial que estamos antecipando por uma hora a convocação extraordinária, até mesmo para que possam os senhores Deputados, com os seus advogados, tomarem algumas providências.

Não gostaríamos de criar uma situação difícil, porque nós ficaremos evidentemente até as 18h. Mas vamos antecipar por uma hora, a pedido dos Membros da Comissão, e para isso também eu vou fazer uma comunicação, os dois Deputados estão presentes, para que se antecipe por uma hora a presença dos Membros na Comissão de Justiça.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ficam, portanto, convocados os senhores Membros da Comissão de Justiça para uma reunião extraordinária da Comissão de Justiça às 17h.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, em primeiro lugar gostaria de fazer uma solicitação à Mesa e em especial a V.Exa., que é o responsável na Mesa, com relação

à convocação de Secretários de Estado.

Nós temos uma convocação aprovada do senhor Secretário da Fazenda na Assembléia. Inclusive eu acho que já está no limite o prazo de comparecimento do Secretário da Fazenda à Casa, que vai trazer explicações sobre a venda das ações da Casan, debêntures da Celesc e pagamento do 13º.

Como o Secretário da Fazenda mudou, não é mais o senhor Wedekin, é o senhor Marco Aurélio Dutra, eu gostaria que as providências fossem adotadas no sentido de que nós não adentremos em outra semana sem ter uma data marcada para ter os esclarecimentos, até porque não é a primeira vez que venho ao microfone para dizer que depois de vendidas as ações da Casan e as debêntures da Celesc, indiscutivelmente, nós não precisamos mais de explicações.

Então, gostaria que, mais uma vez - faço o apelo aqui do microfone - tomássemos as providências necessárias, até porque agora houve uma troca. Imagino que tenha que ser reiterada a convocação do senhor Marco Aurélio Dutra.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que estou retornando da assembléia dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, movimento de paralisação que já está terminando na segunda semana, e que sugeri a eles a possibilidade de termos uma audiência pública aqui na Assembléia Legislativa para debatermos a crise da Universidade Federal, que é extremamente grave.

Eu queria, inclusive, já antecipar a consulta aos Líderes dos Partidos, porque na semana que vem nós temos muitas atividades: na terça-feira tem reunião da Comissão de Justiça, é impossível fazermos atividades paralelas, na quarta-feira já temos uma audiência sobre a questão do Ipesc. Então, eu queria consultar os Líderes da possibilidade de, na quinta-feira pela manhã, abrimos a sessão às 9h, termos o debate com os representantes da universidade e retornarmos à Ordem do Dia às 11h.

Por último, queria deixar registrado que me causou surpresa ter encontrado na assembléia de greve da Universidade Federal de Santa Catarina o ex-Presidente do Besc Fernando Ferreira de Melo.

Então, se até o Fernando Ferreira de Melo está paralisado na Universidade Federal de Santa Catarina, eu acho que é um sintoma que demonstra a gravidade que passa aquela instituição. Até porque não me consta que este senhor tenha sido, nas vezes em que foi Presidente do Besc, muito complacente com o movimento grevista dos bancários.

Então, eu gostaria de deixar registrado e gostaria de ter a consulta dos Líderes sobre a perspectiva da vinda do senhor Marco Aurélio

Dutra para as questões já levantadas.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - A Presidência gostaria de informar à nobre Deputada que a Mesa tomará as devidas providências quanto ao cumprimento da convocação do senhor Secretário da Fazenda, esperando que este agora possa atender as solicitações feitas até pela Bancada do PPB que tratam, se não me falha a memória, sobre a Invesc.

Com relação à segunda solicitação feita por V.Exa., nós gostaríamos de dizer (já é do conhecimento de V.Exa.) que a audiência pública será promovida pela Comissão respectiva.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - A proposta é a Comissão de Educação, mas precisaria ter essa sinalização dos Líderes, se eles concordam, porque eu não consegui enxergar no calendário da semana que vem uma outra possibilidade de horário.

Então, até para poder consultar os Membros da Comissão de Educação, aprovar a proposta na reunião de terça-feira, nós precisaríamos ter uma sinalização no sentido de se fazer na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Nós gostaríamos de, primeiro, solicitar para que a Comissão de Educação pudesse encaminhar o expediente à Mesa solicitando a realização da audiência pública. Com relação à consulta aos Líderes, podemos até tomar a iniciativa de fazer preliminarmente, até porque dependerá depois de aprovação do requerimento.

Por isso, atendendo a solicitação da Deputada Ideli Salvatti, consulto, preliminarmente, os Líderes da possibilidade de, se houver a aprovação do requerimento da audiência pública, ser suspenso o Pequeno Expediente e o horário destinado aos Partidos Políticos na próxima sessão de quinta-feira para discutir a questão da UFSC.

(Os Líderes aquiescem)

Preliminarmente, então, está aquiescido pelos senhores Líderes.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta para a Ordem do Dia da próxima segunda-feira, dia 13: requerimentos dos Deputados Neodi Saretta, Wilson Wan-Dall, Ivan Ranzolin e Odacir Zonta.

Desejamos também a todos os funcionários, Parlamentares e a todos os visitantes uma feliz Páscoa em nome da Mesa Diretora

Antes de encerrar a presente sessão convocamos outra, ordinária, para a próxima segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 13 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VANDERLEI ROSSO

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente

sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Carlito Merss, que declara de utilidade pública a Associação

dos Amigos e Moradores do Conjunto Habitacional Castelo Branco, com sede e foro na cidade e Comarca de Joinville;

- de autoria do senhor Deputado João Henrique Blasi, que torna obrigatória a veiculação de propaganda educativa ou preventiva em festas, festivais, competições e eventos promovidos, patrocinados ou apoiados pelo poder público estadual;

- de autoria do senhor Deputado João Henrique Blasi, que dispõe sobre estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública.

OFÍCIOS NºS:

028 e 029/98, do senhor Secretário de Estado

da Casa Civil, em atenção as Indicações nºs 022 e 001/98, respectivamente;

040/98, do senhor Presidente da Unidonto em Santa Catarina, agradecendo cumprimentos dessa Casa, pelo transcurso dos seus 18 anos de existência;

225/98, do senhor Gerente de Mercado da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos financeiros à Casan;

016/98, do senhor Presidente do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, convidando os senhores Parlamentares desta Casa para participarem em suas respectivas regiões do debate público sobre o ante-projeto da Política Estadual do Idoso para Santa Catarina; FAX:

- do Conselho Municipal de Trabalho e emprego - Florianópolis, comunicando que está aberto o processo do Programa de Educação Profissional;

- do senhor Secretário Adjunto de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, acusando recebimento do Fax de 01 de abril do corrente ano, que peticiona especial atenção para o segmento de coque de carvão, em face à descriteriosa importação do produto chinês;

- de manifesto Público dos Sindicatos dos Portuários de Itajaí.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Adelor Vieira, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu gostaria de, nesta tarde, tecer alguns comentários a respeito do Projeto de Lei Complementar nº 02/98, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado, assinado pelo seu Presidente, Desembargador João Martins, que dispõe sobre a criação de Comarcas e Varas e dá outras providências.

Não é de agora que se está trabalhando em cima desse projeto. Há muito se espera uma reformulação do Poder Judiciário de Santa Catarina, momento no que diz respeito à distribuição das Comarcas e à implementação de novas Varas nas Comarcas já existentes. E eu quero trazer o meu reconhecimento ao trabalho que desenvolveu o Tribunal de Justiça, na pessoa dos senhores Desembargadores, no que diz respeito à elaboração desse projeto.

Ouvindo os segmentos interessados, ouvindo as Comarcas já existentes e as novas, que seriam desmembradas com o referido projeto, só me causa uma preocupação, que é em relação à implantação, à instalação dessas Comarcas. A criação da Comarca é uma coisa, sua implantação é outra, e o que me preocupa é ficarmos apenas com as Comarcas criadas e não implantadas.

Discutiu-se muito sobre a criação da Comarca de Guaruvá, que teríamos junto também, na mesma Comarca, o Município de Itapoá. Inclusive, na versão anterior, no anteprojeto que tomamos conhecimento da parte do Tribunal de Justiça, a Comarca de Guaruvá teria a inclusão do Município de Itapoá.

Agora eu vejo a criação de duas Comarcas: uma comarca em Garuva e outra em Itapoá, o que aparentemente seria ótimo, contemplaria os dois Municípios, mas eu lhes pergunto: será que economicamente é viável? Será que nós não vamos ficar apenas com a Comarca criada e depois vamos levar cinco, dez, quinze anos para a instalação da referida Comarca? Porque o projeto de lei, no seu art. 12, diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 12 - A instalação das novas Varas e Comarcas e o preenchimento dos novos cargos de Juiz substituto é de iniciativa do Poder Judiciário e dependerá, sem prejuízo do disposto no art. 10 da Lei nº 5.624, de 09 de novembro de 1979, do atendimento dos seguintes requisitos prévios:

I - adequação do percentual orçamentário destinado ao Poder Judiciário pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, de forma a atender os custos de manutenção da nova unidade judicante;

II - disponibilidade de espaço físico compatível para abrigar os serviços forenses."

Então, a minha preocupação é exatamente nesse sentido: de se criar uma expectativa, e quem sabe atender politicamente "a", "b" ou "c", e depois nós termos a Comarca criada mas não implantada.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Adelor Vieira, a preocupação de V.Exa. tem procedência. Todavia, queremos aqui fazer uma ressalva: de todas as Comarcas criadas até agora, o Poder Judiciário procurou instalá-las imediatamente. Todas, sem exceção!

Quanto a essa lei complementar, na nossa avaliação há alguns equívocos. Por exemplo: criou-se a Comarca de Modelo e nela incluiu-se o Município de Bom Jesus do Oeste, que fica muito próximo a Pinhalzinho ou a Maravilha, numa distância aproximadamente de oito ou nove quilômetros, quando a Comarca de Modelo fica a vinte quilômetros do Município de Bom Jesus do Oeste.

Há uma outra distorção, no nosso entender. Criou-se a Comarca de Salete e incluiu-se o Município de Santa Terezinha, que V.Exa. conhece, e também um outro Município, Rio do Campo. Veja V.Exa. que tanto Rio do Campo como Santa Terezinha são maiores do que o Município de Salete. Por via de consequência, seria muito mais fácil para o Município de Salete continuar a pertencer a Taíó, que está a uma distância relativamente pequena, do que fazer Santa Terezinha voltar a pertencer à Comarca de Salete.

Então, agora que esse projeto veio para a Assembléia Legislativa, cabe aos senhores Deputados apresentar emendas no sentido de corrigir, no nosso entendimento, aquilo que não vem ao encontro do interesse das populações beneficiadas.

Quanto à preocupação de V.Exa., tem muita procedência. Agora, veja bem, Deputado, que o Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, que faz parte do Orçamento daquele Poder, arrecada uma quantia grande para o Poder Judiciário. Eu acredito que com o percentual do duodécimo a que o Poder Judiciário tem direito mais o Fundo de Reaparelhamento Judiciário há recursos suficientes para se instalar essas Comarcas a serem criadas pela Lei Complementar nº 12.

Eu entendo que nós, Parlamentares, que conhecemos de fato os locais, os Municípios, cabe-nos apresentar as emendas, o que já fiz, fazendo com que o Município de Bom Jesus do Oeste e um outro Município recém instalado (não me recordo o nome agora) passem a pertencer à Comarca que fique mais próxima do Município do que aquela que o Poder Judiciário criou como fazendo parte, conforme entendimento daquele Poder.

Eu acho, portanto, que a preocupação de V.Exa. tem procedência, e agora cabe a nós, Deputados, apresentar

emendas que entendermos corretas, como essa que V.Exa. abordou. De nada adianta criar duas Comarcas, uma vizinha da outra, e nenhuma funcionar. Eu acredito que se pode criar uma que trará, sem dúvida nenhuma, benefícios aos Municípios.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Essa é a garantia que estamos procurando ter da parte do Poder Judiciário.

Nós aprovamos aqui o Fundo de Reaparelhamento do Judiciário e entendemos que não há necessidade, para implantação de Comarcas, que se tenha um edifício próprio do fórum. Desde que o Município viabilize um local adequado, pode se instalar, no meu entender, a Comarca ali, e num futuro, quando houver a disponibilidade, quando o Fundo realmente puder... Porque eu não creio que o Fundo de Reaparelhamento do Judiciário tenha condições de atender tantas construções ao mesmo tempo, e se esse for o propósito, vamos levar muito tempo para implantar essas novas Comarcas.

Então, o ideal seria que as autoridades municipais, as lideranças, as entidades nos respectivos Municípios onde se cria a Comarca pudessem viabilizar uma instalação adequada, mesmo provisória, até que se pudesse construir um prédio próprio para o funcionamento do Poder Judiciário.

Nós temos essa preocupação, mas, a par disso, queremos cumprir o Poder Judiciário, até porque parece que é a primeira vez que vem um projeto tão ambicioso, com tantas Comarcas ao mesmo tempo, com implantação de tantas Varas, o que realmente estamos necessitando. E é evidente que vem com a criação dos respectivos cargos, que devemos analisar com muito cuidado, porque creio que a Justiça é necessária e muito mais eficiente quando está perto do cidadão.

Portanto, sou amplamente favorável à criação dessas Comarcas, mas tenho a preocupação para que sejam instaladas num espaço de tempo razoável, a fim de que a população não fique esperando por muito tempo a implantação das Comarcas que serão criadas por esse projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Odacir Zonta, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, nobres colegas Deputados, visitantes, funcionários e funcionárias desta Casa, gostaria de registrar o novo grau de esperança que se cria com a posse do novo Ministro da Agricultura, Dr. Francisco Turra.

Ele é do Rio Grande do Sul, conhecedor das questões agrícolas, especialmente dos problemas da agricultura do Sul do País e, como consequência, do Brasil inteiro. Fez um excelente trabalho de restabelecimento da credibilidade da Companhia Nacional de Abastecimento, e o fruto deste trabalho o credenciou para tornar-se Ministro.

Ao fazer este registro, podemos voltar a enumerar as preocupações que temos em relação à nossa agricultura, ao nosso agricultor e ao seu futuro. Não é apenas o Ministro que vai buscar a superação dos problemas, é a decisão político-administrativa de um Governo.

Lamentavelmente, o nosso Presidente, Fernando Henrique Cardoso, ainda não se deu conta, junto com a sua equipe, que é necessário ter a coragem de bater firme e decidir pela prioridade concreta das ações em favor da agricultura. O nosso agricultor está triste, vive um momento de desestímulo. E

sem renda, os filhos dos agricultores deixam o campo e vão somar-se às centenas e milhares de trabalhadores sem emprego na cidade.

Ao anunciar o novo Ministro, cria ao menos um grau de esperança, e nós precisamos mobilizar suprapartidariamente todos os representantes políticos que compõem o Congresso Nacional, que compõem os Parlamentos estaduais, que compõem os Parlamentos municipais, as entidades de classe, os sindicatos, as cooperativas e as associações para, através da pressão, acontecer o gesto de priorização concreta em favor da nossa agricultura.

É necessário, sim, que os governantes se preocupem em colocar mais dinheiro público à disposição da agricultura e que não seja um crime colocar dinheiro público nos Orçamentos municipais, estaduais e da União em favor da agricultura.

É necessário que nós entendamos, caro colega Deputado Gelson Sorgato, que destinar mais recursos à agricultura não é contrariar o interesse público de Santa Catarina, como aconteceu com o Governador, quando, no dia 02 de janeiro, foi ao Supremo Tribunal Federal e impetrou um mandado contra a inconstitucionalidade da lei ou da reforma constitucional feita nesta Casa que atribuía um percentual mínimo de 10% à nossa agricultura.

É lamentável saber que, mesmo com o rigor dos aspectos que podem ser discutíveis quanto à formalização da lei, um governante apela à Justiça para não dar dinheiro à agricultura.

Não existem desculpas que se possa buscar para uma atitude dessa. O agricultor catarinense nesse momento foi traído, foi apunhalado pelas costas, porque não é do bolso do governante que está saindo o dinheiro, mas do contribuinte catarinense, que quer, sim, que vá mais para a agricultura, para que o agricultor sinta mais apoio, mais amparo, que ele tenha melhores condições de assistência técnica de pesquisa, de infraestrutura de meio ambiente, de treinamento de profissionalização e de alternativas de renda.

Quando se fala de um projeto de reconversão da propriedade agrícola de Santa Catarina, fala-se também da necessidade de recursos, Deputado Afonso Spaniol, porque sem dinheiro, nós não vamos para lugar nenhum.

Queremos, então, repudiar a atitude do senhor Governador, que conseguiu, sim, no Supremo, mais uma vez derrubar uma decisão da Assembléia, que é soberana. Ele não derrubou a decisão da Assembléia, derrubou, sim, o ânimo, o apoio; ele contrariou o interesse do nosso agricultor, afrontou aquilo que deveria ser a prioridade número um de Santa Catarina: a nossa agricultura.

Das outras vezes, quando constando do Orçamento do Estado ou da LDO, o veto vinha frio, vinha seco, escrito e manuscrito pelo próprio Governador: "Veto por contrariar o interesse público".

Ora, minha gente, aplicar-se mais recursos públicos na agricultura certamente contraria o interesse daqueles que não enxergam o progresso e a necessidade de Santa Catarina, daqueles que não entendem que a agricultura tem sido e é o sustentáculo do nosso Estado e do nosso País. E oferece um mal exemplo, que não deve ser seguido, que não pode ser adotado em momento nenhum por nenhum governante no Município, nos Estados e muito menos na União.

Mas nem por isso, nem pela decisão do Supremo, nós vamos recuar. Virá a LDO, e novamente na LDO, Deputado Afonso Spaniol,

vamos fazer constar uma aplicação mínima de 10%. Virá o Orçamento, e nós vamos fazer as emendas para que os valores sejam constantes. E virá o momento em que o eleitor catarinense, em que o agricultor catarinense vai saber escolher também quem não terá repúdio quanto à aplicação de mais recursos em favor da agricultura.

Como também - e pode estranhar essa nossa posição pelo Partido a que pertencemos, mas o nosso Partido nos dá liberdade para isso -, se não houver uma ação concreta e urgente de socorro ao nosso agricultor por parte do Governo Federal, este dará resposta nas urnas com toda a certeza de que estará fazendo um ato de justiça. É a única forma que tem o agricultor de se defender.

Nós precisamos fazer entender aos governantes, por ações concretas suprapartidariamente, que não existe futuro e nenhum plano que dê certo se não tiver uma agricultura estimulada.

A pequena e microempresa do grande Oeste e do resto do Estado está à beira da falência, e ela depende muito, ou quase totalmente, do nosso agricultor ir bem. Se o nosso agricultor for bem, os demais segmentos também vão bem.

A nossa agroindústria do Oeste sofre por consequência do mercado, mas sofre também porque o nosso agricultor está capengando e está abandonando o campo.

Será que nós vamos deixar morrer esse modelo todo? Será que nós não vamos erguer a nossa força em favor da retomada e da reconversão do projeto, que tanto deu ao Brasil e a Santa Catarina? Será que definitivamente não teremos uma definição para um apoio político-administrativo concreto dos nossos governantes? Nós ainda temos esperança! Não vamos recuar, vamos lutar até o fim! Juntos estarão os nossos agricultores e todos os colegas Parlamentares que têm o seu pensamento, o seu compromisso voltado para o nosso agricultor, sustentáculo do nosso Brasil.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Eni Voltolini, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, senhores Deputados, catarinenses, gostaria neste momento de fazer apenas uma prestação de contas com relação às últimas atividades da Bancada suprapartidária do Norte e Nordeste, dentre elas destacando dois eventos que considero importantes e que irão acontecer depois de amanhã, quarta-feira.

Aproveito o momento também para reforçar o convite aos membros da Bancada suprapartidária para o encontro que teremos na Casan às 8h30min de quarta-feira, onde estaremos discutindo com o Presidente os investimentos que aquela instituição pretende destinar nos próximos dias e meses aos Municípios, num primeiro momento da região Norte e Nordeste, e também para o Estado de Santa Catarina.

Fizemos contato com o senhor Martini, que estará nos recebendo na quarta-feira, às 8h30min, e queremos discutir este assunto Casan, porque o reclame de vários Municípios é intenso nessa direção, Deputado Gilson dos Santos, V.Exa. que também tem se manifestado sobre isso. E a Casan está a dever para Santa Catarina alguma resposta efetiva, para que nós possamos apostar no projeto público de prestação de serviços ou rediscutir o modelo de gerenciamento desse prestador de serviço.

Também às 11h30min de quarta-

feira, a Bancada suprapartidária se reúne com o DNER. Certamente o suplício, que está sendo oferecido a muitos em relação ao tempo de viagem, notadamente no trecho Biguaçu/ Florianópolis, é alguma coisa que merece explicação e justificativa por parte de DNER.

Numa conversa que tive anteriormente com o engenheiro Ribas, dizia que o DNER no mínimo deveria estar se manifestando publicamente para explicar por que alguém consegue levar duas horas, sistematicamente, para percorrer vinte quilômetros da BR-101.

Ele até me deu algumas justificativas, mas a maioria da população não está entendendo o que está acontecendo. Alguns até imaginam que se nós concentrássemos os equipamentos num trecho menor, isso teria uma velocidade de serviços maior, mas a verdade (e é a explicação técnica dada inicialmente pelo engenheiro Ribas) é que aquela região constitui-se de um solo com problema de densidade, e por conta disso a operacionalização de implantação dos viadutos, dos elevados, é muito mais difícil que em qualquer outra situação.

A Bancada suprapartidária, Deputado Reno Caramori, Deputado Adelor Vieira, estará presente às 11h30min de quarta-feira também.

Eu queria, antes de passar a palavra ao Deputado Reno Caramori, alertar Santa Catarina - eis que agora já não é um assunto apenas da Bancada Suprapartidária - para a possibilidade de, mais uma vez, o nosso Estado perder espaço político para o Estado do Paraná.

A superintendência da Petrobrás em Santa Catarina poderá nesta quinta-feira próxima, daqui a três dias, em reunião da direção da Petrobrás no Estado do Rio de Janeiro, perder para o Estado do Paraná a condição de gerenciamento das questões da Petrobrás em Santa Catarina.

Já não é a primeira vez que o Estado de Santa Catarina perde a condição de gerenciar o seu próprio destino em vários tipos de instituições, umas vezes para o Rio Grande do Sul e outras vezes para o Paraná. E, dificilmente, nós, aqui, em Santa Catarina, conseguimos atrair a responsabilidade de cuidar das questões do Paraná e do Rio Grande do Sul concomitantemente. É sempre ao contrário, sempre nós é que perdemos um comando, uma superintendência, para o Estado vizinho.

No último sábado, por ocasião da abertura oficial da Festilha, em São Francisco do Sul, o Prefeito desta cidade e vários outros Prefeitos estavam a dizer que desta vez é a Petrobrás que pode, na quinta-feira, repito, perder a superintendência aqui, no Estado. Esse encargo será acumulado na superintendência do Estado do Paraná. Isso não afeta o Rio Grande do Sul, pois que vai continuar a ter a sua superintendência própria, mas o Estado de Santa Catarina, num projeto de reforma administrativa, pode ser penalizado.

Parece-me que nós teríamos que, em conjunto, tomar posição nesse sentido, porque, senão, sistematicamente vamos nos lembrar daquela historinha do 101, da BR-101, do zero entre os dois uns. E parece-me que isso ainda faz parte da história política do nosso Estado.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Eni Voltolini, é triste quando alguém perde totalmente a credibilidade, mas essa é a

grande realidade. Isso dói, mas nós estamos pagando pelo descrédito que este Governo, hoje, demonstra para todo o Brasil e até para o mundo.

Onde estão as montadoras que o Paulo Afonso foi buscar para instalar em Santa Catarina? Para dar emprego para a nossa gente? Onde estão? Nem ele tem coragem de falar. Até a fábrica de baterias que ele anunciou ter conseguido, na viagem de 15 dias pelos Estados Unidos e Europa, para Santa Catarina, uma fábrica de acumuladores, não sabemos onde está instalada, imaginem, então, uma montadora de automóveis. Quando se perde o crédito é triste, mas esta é a grande realidade.

Nobre Deputado, naquela linha que V.Exa. vinha falando a respeito do DNER, seria importante também convidarmos a Polícia Rodoviária Federal, porque estive observando nesta semana, por duas oportunidades, que a principal causa de todo o engarrafamento está localizada justamente na Polícia Rodoviária Federal. Ali é que se diminui, em muito, a velocidade, por causa de uma placa que diz que a velocidade máxima é de 60 Km/hora. Só que ninguém obedece, todos baixam a velocidade para 40 Km/hora, porque não existe uma orientação mostrando que o pessoal deve andar, no mínimo, a 60 km/hora, pois nessa velocidade se tem um desempenho no trajeto, e quem está numa velocidade menor vai brecando, vai segurando, vai retardando e congestionando o trânsito.

Daqui para lá, depois que passa o posto da Polícia Federal, a velocidade é constante e o desenvolvimento é maior. E assim é de lá para cá. É importante, mais uma vez, observarmos isso, pois esse posto policial é um ponto chave na redução de velocidade na BR-101, ocasionando todo esse engarrafamento.

Por isso, acho importante nós convidarmos o superintendente ou um representante da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Nós vamos buscar fazer isso, mas certamente, Deputado Reno Caramori, as explicações que serão dadas na quarta-feira mostrarão até uma outra perspectiva, um outro ângulo dessa perspectiva. E certamente a nossa Bancada vai poder cobrar a partir desse momento, então, uma ação mais positiva com relação ao desempenho, com relação à alocação de recursos, com relação à transposição da BR-101, com relação a medidas de segurança no aspecto da sinalização precaríssima, diga-se de passagem, ou seja, estaremos lá fazer o papel que a todos nós cabe, o papel de vigilantes, de fiscalizadores, de orientadores, de cobradores.

Portanto, a Bancada Suprapartidária está fazendo esse convite para os seus membros e para os demais Parlamentares que queiram nos dar o prazer da sua presença.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros minutos pertencem ao PPB.

Com a palavra o Líder do PPB, por até dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e nobres senhores Deputados, espero que todos os que aqui estão tenham tido uma boa Páscoa, os funcionários e os amigos da imprensa.

Vou falar sobre dois assuntos. Um é relacionado, meus caros Deputados Vanderlei Rosso e Gelson Sorgato, a um pedido de convocação feita pela nossa Bancada, com a assinatura de vários senhores Deputados,

referente à vinda nesta Casa do senhor Secretário da Fazenda, agora já ex-Secretário da Fazenda, senhor Nelson Wedekin, que viria aqui tratar do assunto Invesc, do assunto relacionado com as Letras e sobre o pagamento do salário dos servidores de Santa Catarina.

Como o Secretário Nelson Wedekin, quero crer, não pode aqui comparecer e evidentemente esse pedido não é dirigido a uma pessoa mas, sim, ao cargo que esta pessoa ocupa, no caso, agora, existe o novo Secretário da Fazenda que, aliás, tem muito a ver com os problemas relacionados com as finanças do nosso Estado, até porque foi ele um daqueles funcionários que tinham um caminho aberto para a negociação das Letras, para a negociação de antecipação de receita e, por consequência, tem todas as condições de vir aqui esclarecer como estão as finanças do Governo do Estado de Santa Catarina.

Uma outra preocupação minha diz respeito ao Banco do Estado de Santa Catarina, não só para nos dizer como estão os problemas relacionados com as famosas Letras de Alagoas, como também para nos dar explicações sobre algumas notícias que são plantadas nos jornais, as quais dão a entender que brevemente o Banco do Estado de Santa Catarina terá uma alteração fundamental não só no seu funcionamento, mas como e também a participação de grupos, que não são grupos do Estado de Santa Catarina, na sua formação, no seu capital, bem como na sua administração.

Quanto a esses dois aspectos, meu caro Presidente em exercício, Deputado Vanderlei Rosso, eu queria pedir a V.Exa. que, junto à Mesa Diretora, propiciasse a vinda, o mais urgentemente possível, dessas duas autoridades a esta Casa, objetivando não estabelecer nenhum tipo de diálogo que não vise o esclarecimento.

Eu acho que o esclarecimento precisa ser dado, até porque as notícias são desencontradas. De um lado o ex-Secretário da Fazenda, Nelson Wedekin, dizia que iria pagar o 13º salário no mês passado. Aí suspendeu para mais 30 dias, para mais 45 e, agora, depois da sua saída, diz que tem condições de pagar daqui a 45 dias. Evidentemente, o novo Secretário da Fazenda tem que ou corroborar com aquilo que disse o Nelson Wedekin ou dizer, de maneira clara, objetiva, que efetivamente a situação é essa ou aquela.

Com referência ao Besc, o que nós queremos efetivamente são palavras da Diretoria do Besc, objetivando saber qual o projeto que efetivamente tem a Diretoria do Besc para o fortalecimento de um banco que, sem dúvida nenhuma, é um orgulho para todos nós, catarinenses. E esperamos sempre que ele consiga sobrepujar as dificuldades agora e se caracterizar como um banco firme, como um banco sem o mínimo problema em termos de saneamento e, por consequência, de financiamento.

O terceiro assunto é relacionado a algumas declarações prestadas por um grande Líder do PMDB de Santa Catarina, o Prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, que tem apregoado em vários noticiários que está se caracterizando que o PMDB do Luiz Henrique não é o mesmo PMDB do Governador Paulo Afonso e que os grupos estão ficando cristalinamente claros, e isso realmente dará ao povo catarinense a possibilidade de um julgamento tranquilo, sereno, separando o PMDB do Paulo Afonso, do PMDB - tido como o PMDB dos históricos - do senhor Luiz Henrique da Silveira.

Eu gostaria de, sendo o Deputado

Eni Voltolini representante da maior cidade do Estado, Joinville, cidade que não só economicamente como, também, eleitoralmente é a mais importante de Santa Catarina, ouvir do Deputado Eni Voltolini algumas considerações sobre esse tópico que estou colocando para discussão, para que a nossa imaginação funcione um pouco mais, uma vez que as coisas ainda estão muito no campo do tato, e não sabemos, efetivamente, quem vamos enfrentar no PMDB nesse momento, essa é a grande verdade.

Então, eu gostaria que o Deputado Eni Voltolini - inteligente e capaz como é - pudesse nos dar algum subsídio, objetivando fazer com que eu entenda mais profundamente essa crise - dizem que não é crise, mas eu a considero muito séria - dentro de um Partido que não é o meu, mas que é um Partido que eu respeito.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Confesso que se eu obtivesse a compreensão exata a esse entendimento, certamente seria alguém que estaria acima de qualquer média de uma inteligência considerada elevada neste Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu como sou de mediana para baixo, custo a entender.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Eu não sei se isso segue aquela máxima do falem bem ou falem mal, mas falem de mim. Se é essa, de fato está sendo seguida à risca, porque nunca se falou tanto do PMDB, notadamente da crise do PMDB.

Então, falem bem ou falem mal, mas do PMDB. Se for nessa linha, eles atingiram o grau mais elevado do planejamento estratégico. Se não for isso, eu me confesso surpreso por uma declaração que li no jornal.

O Prefeito de Joinville Luiz Henrique da Silveira confessava-se aborrecido com o Governador Paulo Afonso, porque, segundo o que diz na matéria, é um companheiro sem palavra, porque ele, Luiz Henrique, teria assumido um compromisso de governar por quatro anos, estaria propenso a cumprir esses quatro anos, e alguma coisa teria sido acordada que o Paulo Afonso não estaria cumprindo, porque a expressão usada na matéria fala: companheiro sem palavra, referindo-se ao Governador Paulo Afonso.

Mas destacava ele: ao menos desse episódio um fato positivo está surgindo. O fato é que está se mostrando claramente quem está vinculado ao Governador Paulo Afonso e quem não está vinculado, como se a dizer para nós o seguinte: Olha, esse grupo que está aqui, Eduardo Pinho Moreira, eu, Luiz Henrique, e mais alguns, não temos absolutamente nada a ver com o Paulo Afonso. E ele dizia mais: no momento adequado Santa Catarina irá separar de fato quem são os históricos do PMDB e quem representa esse outro grupo.

Eu acho que ele está brincando conosco. Decerto ele acha que nós vamos esquecer fatos acontecidos recentemente aqui nesta Casa, onde essas mesmas pessoas, entre eles o Prefeito de Joinville, que estava a circular por esta Casa, juntamente com outras pessoas, a esbravejar contra a Assembléia, contra o PPB, na defesa de Paulo Afonso, este mesmo que ele diz que está fora do grupo.

Eu acho que ele está apenas tentando dizer para nós que o que aconteceu depois foi um desentendimento. Ele não pode querer que nós imaginemos que a população de

Santa Catarina não tem memória para associar fatos não remotos, fatos há pouco acontecidos. Agora, o que aconteceu depois por conta da democracia - porque eu já escutei isso também algumas vezes aqui, que ele é um Partido democrático, onde as Lideranças podem se manifestar... Engraçado que quando surge uma disputa ninguém aceita a disputa, mas é um Partido democrático. Nós não, nós não somos um Partido democrático, mas democrático é esse Partido.

Mas, de qualquer forma, V.Exa. provocou sobre essa questão e eu de fato me lembrava que ontem ou anteontem lia no jornal uma manifestação do Prefeito Luiz Henrique a esse respeito. Aí vim a seu pedido, em socorro, para trazer alguns fatos que li e que estão lá para todos nós lermos, que mostram a tentativa de tentar separar aquilo que não é possível separar.

As pessoas têm vínculo, sim; elas estiveram em palanques comuns, sim; elas se comprometeram em conjunto, sim; elas são responsáveis pelo atual Governo que está aqui, sim; pediram voto, sim; então, não há como querer dizer que agora não têm nada a ver com essa história, que agora os problemas de décimo terceiro, que os outros problemas não têm nada a ver com esse grupo, que a responsabilidade é exclusiva de Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Agradeço, Deputado.

O Sr. Deputado Vanderlei Rosso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Até por uma questão de educação e, acima de tudo, de respeito a V.Exa., Deputado Vanderlei Rosso, que estava presidindo a sessão instantes atrás e eu me dirigi a V.Exa., eu o ouvirei com muito prazer, esperando evidentemente que a reunião de hoje de manhã feita com o senhor Paulo Afonso e o senhor Eduardo Moreira tenha sido a reunião que cessou todas as dificuldades e que o assunto hoje já esteja definido com o apoio de Paulo Afonso ao senhor Eduardo Moreira ou vice-versa.

O Sr. Deputado Vanderlei Rosso - Deputado Gilson dos Santos, sobre o assunto onde V.Exa. mencionou o meu nome, sobre a vinda do Secretário da Fazenda, do Presidente do Besc a esta Casa, junto à Mesa vamos articular isso - inclusive às 15h30min temos uma audiência com o Presidente do banco e já vou conversar sobre a possibilidade dele marcar o dia em que possa aqui vir. Também tentarei convencer o Marco Aurélio a vir aqui dar os esclarecimentos que são necessários e de direito, pois devo ter uma audiência na quarta-feira com ele, para que a Assembleia os convoque a fim de darem esclarecimentos sobre a situação econômica do Estado de Santa Catarina.

Sobre o PMDB, gostaria de dizer que eu tive a oportunidade de assinar a fundação do PMDB em Urussanga. Nós, que éramos oriundo do PSD, quando tínhamos dezoito anos...

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Por isso, Deputado Vanderlei Rosso, é que respeito muito V.Exa. A sua origem me leva a ter uma grande confiança em V.Exa.

O Sr. Deputado Vanderlei Rosso - Fui filiado no meu Partido também por algum tempo, fui candidato a Prefeito na época em que o Senador Amin foi Governador do Estado.

O PMDB que eu conheço, na minha cidade, no meu Estado e no meu Brasil, sempre foi um PMDB de muita discussão interna, um Partido muito polêmico, um Partido de divisão na hora das disputas, disputas essas muito grandes, muito acirradas, deu

para ver agora na convenção nacional sobre ter ou não candidato a Presidente da República. Aqui no Estado não está sendo diferente, a polêmica vem aparecendo na imprensa catarinense como uma divisão do Partido.

Acho que isso demonstra que o Partido tem diversos líderes, que discutem, e cada um defende a sua tese, mas no momento final, quero crer, a decisão será uma só, apoio total do Partido, de todas as lideranças, seja dos palacianos ou dos históricos, que, com certeza, vão apoiar o candidato que o PMDB escolher.

No meu entendimento, o diretório já escolheu um candidato pelas decisões da Executiva, quando já tinha marcado as prévias, e agora retorna à discussão que o Governador poderá ser novamente candidato. É um direito que lhe assiste, agora, o Partido está acima das pretensões de Luiz Henrique, de Eduardo Moreira, de Paulo Afonso e de Casildo Maldaner, porque é um todo, tem cento e seis mil filiados, já elegeu dois Governadores em Santa Catarina, muitos Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos e Vereadores.

Acho que este Partido no momento certo vai se pronunciar e, com certeza, da melhor forma possível, porque divergência tem no seu Partido, tem no PFL, no PT, no PSDB, enfim, em todos os Partidos.

Tenho certeza de que vão encontrar o caminho certo!

É esta a resposta que dou ao eminente amigo, Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Nobre Deputado, não querendo polemizar, em todos os Estados da Federação, onde o Governador não quer ser candidato, o Partido está exigindo que seja, mas aqui está sendo diferente, o Governador quer ser candidato, mas uma grande parte do seu Partido não quer que seja.

Eu até sugiro, Deputado Vanderlei Rosso, que o PMDB coloque mais um letra na sua sigla, em Santa Catarina, evidentemente: PMDB do P, ou seja, do Palácio, e PMDB do H, dos históricos.

Sem dúvida nenhuma, brevemente, até porque dentro de pouco tempo as convenções exigirão que os Partidos tenham candidato, vamos saber com quem vamos nos deparar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Na ausência de Parlamentares do PFL, os próximos dezessete minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Com a desistência do PMDB, os próximos nove minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente e senhores Deputados, pediria aos poucos que se fazem presente neste Plenário - nem sei se deveríamos falar - que pelo menos o Deputado Gilson dos Santos permanecesse no Plenário para prestigiar a minha fala, até porque...

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Eu vou permanecer!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Posso ficar também?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pode ficar, Deputado!

Senhores Deputados, inicialmente eu queria me pronunciar a respeito de uma

situação e queria perguntar aos Deputados Gilson dos Santos e Lício Silveira, que também são da Grande Florianópolis, bem como ao Deputado Carlito Merss, que é da região da Grande Joinville, se ficaram sabendo de um debate promovido na OAB com o Fórum Parlamentar Catarinense na última quarta-feira.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Senhora Deputada Ideli Salvatti, gostaria de dizer a V.Exa. que participei...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - V.Exa. participou?

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Quer dizer, fui um participante... Estava no Plenário, onde foi falado a respeito de um assunto que eu considero muito sério.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Porque eu não pretendo debater este assunto no dia de hoje. Eu apenas pretendo... É que eu fiquei surpreendida pelos jornais...

O Sr. Deputado Lício Silveira - Só para esclarecimento de V.Exa., gostaria de dizer que eu, o Deputado João Henrique Blasi, o Deputado Gilson dos Santos, o Deputado Edson Andriano e o Senador Esperidião Amin estávamos presentes lá.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu fiquei surpreendida pelos jornais quando tomei conhecimento do debate, porque este tipo de assunto, Deputados Gilson dos Santos, Lício Silveira e Carlito Merss, é um assunto que eu reputo da maior gravidade, que vai atingir, se continuar neste ritmo, duas ilhas, a Capital do nosso Estado e a Ilha de São Francisco.

Esse debate tem que ser feito aqui na Assembleia Legislativa! Ele não poderia, nunca, ter sido feito lá na OAB, do meu ponto de vista. Até porque é algo que nós, enquanto Assembleia Legislativa, temos que ter posicionamento e unir suprapartidariamente as forças, porque ninguém vai admitir, entendo, a revenda dos terrenos das nossas duas ilhas!

O Sr. Deputado Lício dos Santos - Deputada Ideli Salvatti, já houve, aqui, um debate. Inclusive o Deputado João Henrique Blasi coordenou este debate.

Eu não pude estar presente, face a outros compromissos que tivemos. Mas já houve aqui no plenário...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sim, Deputado Lício Silveira! Mas numa outra situação, não agora na gravidade, como nós estamos.

Este assunto, provavelmente, vai ser votado no Congresso Nacional esta semana e nós estamos aqui razoavelmente alheios a esta situação, não é?

A outra questão que eu queria me reportar, não me pronunciei até o presente momento...

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Eu, inclusive, fiquei extremamente irritado lá naquele debate pela forma como isso aí está sendo colocado. E estamos agora discutindo a criação de uma associação, ou seja, uma associação que pede para que ninguém saia dos seus terrenos e que ninguém pague.

E vamos achar os caminhos legais para contrariar este processo que vai ser definido agora no Congresso.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Isto é um absurdo.

Mas, Deputado Lício Silveira, gostaria de me pronunciar. Eu fiquei razoavelmente quieta nestes últimos dias, depois da decisão do Tribunal de Justiça com relação ao Decreto Legislativo nº 18.071.

Fiquei quieta porque decisão da

Justiça é decisão da Justiça. Nós temos, obviamente, a obrigatoriedade de respeitar, como sempre respeitamos as deliberações, principalmente aqui do nosso Tribunal.

Acontece que, a partir desta decisão, nós vamos ter uma situação extremamente difícil de ser administrada.

Esta Casa, baseada no art. 40, inciso VI da Constituição, que dá poderes à Assembléia para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, tem este Poder estabelecido na sua Constituição Federal.

Fizemos aqui o debate do decreto legislativo e esta Casa aprovou-o numa sessão extraordinária, sessão pela qual nós tínhamos, inclusive, muita preocupação com o quórum.

Obtivemos o quórum, a sessão realizou-se à noite, e na votação nós tivemos 21 Deputados favoráveis à aprovação do decreto legislativo que sustava o decreto do Governador, das aulas de sessenta minutos, bem como a Resolução 55, do Conselho Estadual de Educação.

Vinte um Parlamentares, portanto, maioria absoluta desta Casa, todos os Partidos, porque nós tivemos votos inclusive de dois Parlamentares do PMDB.

Tivemos votos do PFL, do PPB, do PDT, do PSDB e do PT, ou seja, todos os Partidos da Casa entenderam a inconstitucionalidade, a ilegalidade, a exorbitância de Poder que estava colocado tanto no decreto do Governador quanto na resolução.

O Governador recorreu a uma ação direta de inconstitucionalidade, foi concedida uma liminar e depois referendada.

A base da ação direta de inconstitucionalidade é o fato de que a lei do Sistema Estadual de Ensino de 69, anterior, inclusive, à Lei nº 5.692, portanto, anterior à regulamentação federal, já foi desregulamentada pela nova LDB.

Então, vejam bem, senhores Deputados, a base é que na Lei de 69 tinha-se estabelecido um direito ao Governador fazer por decreto.

A nossa Constituição, que é posterior a tudo isso, estabelece em dois artigos, tanto no 57 como no 164, que lei complementar é que deve regulamentar o Sistema Estadual de Ensino.

O decreto do Governador, que foi sustado por esta Casa, além de mexer na questão do Sistema Estadual de Ensino por decreto, mexeu na jornada de trabalho dos professores e mexeu na remuneração dos professores. Coisa que também só pode ser feita por lei. Ou seja, tudo aquilo que a Constituição nos deu de direito fazer por lei complementar, o Governador fez por decreto, e agora está convalidado por uma liminar.

No debate da liminar, o Desembargador Francisco de Oliveira, infelizmente, foi voz solitária. E ele fez a seguinte reflexão, que eu quero trazer para este Plenário: "Medida provisória, que é medida provisória, precisa ser convalidada pela Assembléia Legislativa ou pelo Congresso Nacional. Ela tem um curto tempo de vigência. Se ela não for referendada, no caso de Santa Catarina, perde o seu vigor e não pode ser reeditada."

Agora, como é que um decreto pode ter vigência ilimitada, sem qualquer controle e sem qualquer fiscalização do Poder Legislativo?!

Nas palavras do Desembargador Francisco de Oliveira, ficou claro que a manutenção do Decreto nº 2.646 do Governador Paulo Afonso é a declaração de fechamento da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta)(Faz soar a campainha) - V.Exa. dispõe de mais um minuto.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, nós vamos ter redistribuição de tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Provavelmente, Deputada.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Se o Governador pode fazer por decreto aquilo que escancaradamente está estabelecido na Constituição, que só pode ser feito por lei, para que que nós existimos aqui então?!

E o Deputado Eni Voltolini, na semana passada, fez uma denúncia sobre a criação de cargos por decreto! Não foi essa a denúncia do Deputado Eni Voltolini? Ou seja, nós não precisamos mais descer Poder, porque o Governador agora se outorgou o direito de fazer tudo que ele bem entender por decreto!

É por isso, com todo o respeito, e eu quero ter todo o respeito ao Tribunal de Justiça, que esta Assembléia deve recorrer à instância superior, sim. A Assembléia não pode ficar quieta frente a esta liminar referendada. Ela deve buscar junto à sua Procuradoria...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Deputada Ideli Salvatti, no rateio do tempo, seu Partido terá cinco minutos com certeza. Se V.Exa. quiser já utilizá-lo, por deferência da Mesa, poderá utilizá-lo.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu agradeço, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Então, com a palavra a Deputada Ideli Salvatti, por mais cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Então, eu gostaria de deixar bastante claro que o pronunciamento não tem, obviamente, nenhum sentimento de confronto ao que o Tribunal decidiu. O Tribunal decidiu com base no seu entendimento. Agora, este Poder é um Poder autônomo! Este Poder tem as suas prerrogativas que estão estabelecidas na Constituição do nosso Estado!

A Constituição Federal, inclusive, estabelece a repartição entre os Poderes, as suas prerrogativas e a sua independência. E este Poder - nós temos insistido nesta tecla - vem sendo desautorizado sistematicamente pelo Poder Executivo, bem como o próprio Judiciário vem sendo, Deputado Odacir Zonta!

O Judiciário consegue liminares e o Executivo faz de conta que não existe, ele não quer nem saber das liminares que não são do seu interesse! Porque, com relação à liminar das aulas de sessenta minutos, é só perguntar aos professores do Instituto Estadual de Educação, que estão com uma sindicância sobre as suas cabeças, se eles não estão querendo exigir que seja cumprida essa liminar!

Agora, que moral tem um Governo, que não cumpre a liminar de pagar salário em dia, que não cumpre a liminar de pagar o 13º, de exigir de quem quer que seja o cumprimento da liminar?! Então, este Poder Executivo vem, sistematicamente, desautorizando, desqualificando os demais Poderes, tanto o Poder Legislativo como o Poder Judiciário.

E é por isso que eu quero fazer a reflexão, de que esta decisão do Tribunal de Justiça não poderá ser aceita pela Assembléia, não no sentido do confronto de Poder, mas no sentido de buscar junto à esfera superior, ou seja, junto ao Supremo Tribunal Federal, um recurso que nós já sabemos, a própria assessoria nos alerta de que há esta possibilidade, e é isto que eu faço hoje, que é a reflexão.

Reflexão que eu estou fazendo hoje com muita calma, coisa que eu não tinha a alguns dias atrás, porque estava com a minha cabeça extremamente esquentada, por conta de tudo que significou, e vem significando essas mudanças impostas pelo ex-Secretário João Matos e que agora, com a nova Secretária, não muda nada, porque só mudou o tom de voz, a ameaça é a mesma, o autoritarismo é o mesmo, a intransigência é a mesma!

Eu vou, inclusive, oficializar a Mesa, para que as medidas sejam tomadas, que o Poder Legislativo possa se utilizar dos recursos que lhes são cabíveis, que lhes são inerentes, para que a gente possa ter, de uma vez por todas, clareza se o art. 40, inciso VI da Constituição do nosso Estado, está em vigor ou não. Se nós, Poder Legislativo, podemos ou não sustar atos normativos do Poder Executivo. Porque é isto, em última instância, que está em discussão nesta questão das aulas de sessenta minutos.

Já está bastante claro que o Governo não poderia ter implementado desta forma, não poderia ter pedagogicamente implementado, não poderia ter, pelo bom senso, implantado, não poderia ter, legislativamente, implantado. Mas fez, deu no que deu, está dando no que deu a reação que nós temos, e nós, enquanto Poder, também fomos desqualificados pelo comportamento do Poder Executivo. E o que eu peço é que a Assembléia resgate a soberania do Poder Legislativo em Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário está destinado ao PDT, por seis minutos.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos, esta Presidência fará o rateio do tempo do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos ao horário destinado ao PPB, por cinco minutos.

(Pausa)

Não havendo interesse por parte do PPB em fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PFL, por cinco minutos.

(Pausa)

Não havendo interesse por parte deste Partido em fazer uso da palavra no horário reservado aos Partidos Políticos, passaremos ao horário destinado ao PMDB, por cinco minutos.

(Pausa)

Não havendo interesse do PMDB em fazer uso da palavra no horário reservado aos Partidos Políticos, passaremos ao horário destinado ao PDT, por cinco minutos.

(Pausa)

Não havendo interesse do PDT em fazer uso da palavra no horário reservado aos Partidos Políticos, passaremos à Ordem do Dia.

Antes, porém, a Presidência tem aqui a justificativa de ausência dos senhores Deputados Gervásio Maciel, Ivo Konel e Volnei Morastoni.

É visível a falta de quórum, razão pela qual esta Presidência retira de pauta todas as matérias que constam da Ordem do Dia de hoje passando-as para a pauta da Ordem do Dia de amanhã.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica a pauta da Ordem do Dia de amanhã: além das matérias constantes da Ordem do Dia de hoje, temos

os Projetos de Decreto Legislativo nºs 0007/98, 263/97, 274/97, os Projetos de Lei nºs 341/97, 257/95, 340/97, os requerimentos dos Deputados Neodi Saretta, Ideli Salvatti e o pedido de informação de autoria do senhor Deputado Afonso Spaniol.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Gostaria de comunicar aos Membros da Comissão de Agricultura que haverá reunião amanhã da Comissão às 8h, com a presença do Coordenador Nacional do Pronar, Dr. Murilo Flores.

Na oportunidade estaremos fazendo uma audiência pública no plenarinho desta Casa. Então, gostaria de reforçar o convite a

todos os senhores Deputados para que participem desta reunião, juntamente com os 57 Prefeitos, onde foi implantado o Projeto Piloto do Pronafe Global, um projeto de desenvolvimento da Agricultura Familiar.

Gostaria de convidar também o Presidente da Frente Parlamentar Cooperativista para que se apresente nesta importante audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ficam, portanto, convidados todos os Membros da referida Comissão para essa audiência pública que realizará-se amanhã, para tratar sobre o Pronafe e infra-estrutura.

O Sr Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Só gostaria de registrar, com muita alegria, a presença dos Prefeitos de Pinheiro Preto e Santo Veloso, que estão fazendo uma visita a este Parlamento. Daqui a pouco estarão viajando a Brasília na esperança de trazer benefícios e recursos para aqueles dois prósperos Municípios. Então, fazemos este registro com a presença do ilustre Prefeito da nossa região do Vale do Rio do Peixe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Fica, portanto, feito o registro da presença honrosa dos senhores Prefeitos de Pinheiro Preto e Salto Veloso.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 312/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, LAURI TOMAZONI, matrícula nº 3170, do cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/98 (Liderança do PDT).

Palácio Barriga-Verde, em 14/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Adelor Vieira - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

(Republicada por incorreção)

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 313/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR LAURI TOMAZONI, matrícula nº 3170, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador de Licitações, código PL/DASU-4, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/98 (Coordenadoria de Licitações).

Palácio Barriga-Verde, em 14/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Adelor Vieira - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

(Republicada por incorreção)

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 314/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR NILO BORLOLI, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/98 (Gabinete da Presidência).

Palácio Barriga-Verde, em 14/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Adelor Vieira - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

(Republicada por incorreção)

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 315/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com a Resolução nº 1.173, de 24/07/95, deste Poder,

ATRIBUIR Gratificação de Representação, a NILO BORTOLI, ocupante do cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, Código PL/DCA-2, a partir de 01/04/98 (Gabinete da Presidência). Palácio Barriga-Verde, em 14/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Adelor Vieira - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

(Republicada por incorreção)

*** X X X ***

RESOLUÇÕES DP

RESOLUÇÃO DP Nº 007/98

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando de sua prerrogativa outorgada pela Constituição Estadual em seu artigo 40, inciso XIX, aprovou e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, atendendo o disposto nos artigos 12, inciso XI, e 14, inciso VI, letra "I", do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Cria a Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado como órgão executivo e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado na estrutura administrativa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado, órgão executivo do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução nº 134/98, diretamente vinculada ao Departamento Parlamentar e subordinada à Comissão de Finanças e Tributação.

Parágrafo único. Inclui no Grupo VI - Direção e Assessoramento Superior, PL/DASU, do anexo I - B, da Resolução nº 115, de 22 de dezembro de 1993, 01 (um) cargo de Coordenador do Orçamento Estadual Regionalizado, código PL/DASU-4.

Art. 2º A Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado tem como atribuições específicas, a execução dos atos e ações cometidas e originárias do Grupo de Trabalho supra referenciado.

Art. 3º A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa baixará os atos necessários à operacionalização da Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado - OER, normatizando e regulamentando suas atividades, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário. PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 15 de abril de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO DP Nº 008/98

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando de sua prerrogativa outorgada pela Constituição Estadual em seu artigo 40, inciso XIX, aprovou e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, atendendo o disposto nos artigos 12, inciso XI, e 14, inciso VI, letra "I", do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º No exercício do mandato, o Deputado submete-se às prescrições, aos procedimentos e às medidas disciplinares constantes das Constituições Federal e Estadual, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e ao prescrito neste Código de Ética e de Decoro Parlamentar.

CAPÍTULO I**DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO DEPUTADO**

Art. 2º São deveres fundamentais do Deputado:

I - defender os interesses populares;

II - respeitar e promover a defesa da coisa pública;

III - zelar pelo aprimoramento das instituições democráticas e representativas;

IV - garantir as prerrogativas do Poder Legislativo;

V - fazer-se presente na Assembléia Legislativa durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das Sessões Plenárias e das Reuniões das Comissões Técnicas em que for membro.

CAPÍTULO II**DAS VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS**

Art. 3º São expressamente vedados ao Deputado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer à cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive, nos de que seja demissível "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer qualquer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função, de que seja demissível "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

CAPÍTULO III**DOS ATOS CONTRÁRIOS À ÉTICA E AO DECORO**

Art. 4º É vedado ainda ao Deputado praticar abuso de poder econômico no processo eleitoral.

Art. 5º Considera-se incompatível com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos Deputados Estaduais;

II - a percepção de vantagens indevidas tais como: doações, benefícios, ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes;

Parágrafo único. Incluem-se entre as irregularidades graves, para os fins deste artigo:

I - a atribuição de dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou a instituições das quais participe o Deputado, seu cônjuge ou companheira, ou parente, de um ou de outro, até o terceiro grau, ou pessoa jurídica direta ou indiretamente sob seu controle que apliquem os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias;

II - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou características da empresa beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida dos recursos públicos.

CAPÍTULO IV**DAS DECLARAÇÕES PÚBLICAS OBRIGATÓRIAS**

Art. 6º O Deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar as seguintes Declarações obrigatórias, periódicas, para fins de ampla divulgação e publicidade:

I - ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano da legislatura:

a) declaração de bens;

b) declaração de suas fontes de renda;

c) declaração dos valores passivos, incluindo todos os

passivos de sua própria responsabilidade de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior a sua remuneração mensal como Deputado;

II - até o trigésimo dia seguinte ao do encerramento do prazo para entrega da Declaração do Imposto de Renda de Pessoas Físicas:

a) cópia da Declaração do Imposto de Renda do Deputado;

b) cópia da Declaração do Imposto de Renda, se em separado, do seu cônjuge ou companheira.

III - ao assumir o mandato e ao ser indicado membro de Comissão Permanente ou Temporária da Casa:

a) declaração das Atividades Econômicas Profissionais;

b) declaração de participação em entidades sociais ou de classe, atuais e anteriores, ainda que delas se encontre transitoriamente afastado;

IV - declaração contendo a respectiva remuneração ou rendimentos das atividades e participação expressas nos incisos I e II deste artigo, inclusive sobre quaisquer pagamentos que continuem a ser efetuados por antigo empregador;

V - durante o exercício do mandato, em Comissão ou em Plenário, ao se iniciar a apreciação de matéria que envolva seus interesses patrimoniais ou de empresa em que participe, obrigatoriamente o Deputado deverá dar-se por impedido, ou justificar por quais razões, ao seu arbítrio, entenda como legítima a sua participação nas discussões e votações.

§ 1º É da competência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar diligenciar para publicação e divulgação das Declarações referidas neste artigo, nos seguintes veículos:

I - no Diário Oficial do Estado - onde será feita sua publicação integral;

II - No Diário Oficial da Assembléia Legislativa o resumo da publicação feita no Diário Oficial do Estado.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior qualquer cidadão poderá solicitar, mediante requerimento dirigido à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, quaisquer informações contidas nas declarações prestadas pelos Deputados.

CAPÍTULO V**DAS MEDIDAS DISCIPLINARES**

Art. 7º As medidas disciplinares resumem-se em:

I - advertência;

II - censura;

III - suspensão temporária do exercício do mandato;

IV - perda do mandato.

§ 1º A advertência é medida disciplinar de competência do Presidente da Assembléia Legislativa, ou do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta.

§ 2º A censura será verbal ou escrita:

I - a censura verbal será aplicada pelo presidente da Assembléia Legislativa, ou do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave ao Deputado que:

a) deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do Regimento Interno;

b) praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da Casa;

c) perturbar a ordem das Sessões Plenárias, das Reuniões da Mesa ou das Comissões;

II - a censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa Diretora, se outra cominação mais grave não couber ao Deputado que:

a) usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

b) praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, nas dependências da Casa, ou desacatar, por atos ou palavras, outros Parlamentares, a Mesa ou Comissão.

§ 3º Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o Deputado que:

I reincidir nas hipóteses do parágrafo anterior;

II praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno ou deste Código, especialmente quanto à observância do disposto no artigo 6º;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia ou Comissão tenha deliberado que devam ficar secretos;

IV - faltar, sem motivo justificado, a dez sessões ordinárias consecutivas ou a quarenta e cinco intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

§ 4º Serão punidos com perda de mandato os Deputados que cometerem:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no art. 3º deste Código;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos artigos 4º e 5º deste Código;

III - a infração do disposto no art. 44 da Constituição Estadual.

CAPÍTULO VI DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 8º As penalidades de que trata o artigo 7º deste Código, serão decididas pelo Plenário da Assembléia Legislativa, em escrutínio secreto e por maioria simples, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Líder de Bancada com assento na Assembléia ou Partido Político, na forma prevista nos artigos 10 e 11 deste Código.

Art. 9º A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de Líder de Bancada com assento na Assembléia Legislativa, e de Partido Político.

Parágrafo único. Quando se tratar de infração aos incisos III, IV e V, do art. 44 da Constituição do Estado, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa Diretora, resguardando-se, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 10. Oferecida representação contra Deputado, por fato sujeito à pena de perda de mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembléia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ressalvadas as hipóteses do artigo 13, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 11. Recebida a representação ou denúncia, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará 3 (três) membros titulares do mesmo, para compor Comissão de Inquérito, sob a presidência de um deles, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída a Comissão referida no inciso anterior, o Presidente designará como Secretário um servidor do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, mandando citar o Representado ou Denunciado, ocasião em que lhe será entregue cópia da representação formulada, em caráter de denúncia, contra sua pessoa, concedendo-se-lhe o prazo improrrogável de 5 (cinco) sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas a produzir;

III - esgotado o prazo sem apresentação da defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-se-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias. Findas as quais, proferirá parecer conclusivo no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias da Assembléia, salvo na hipótese do art. 15, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para declarar suspensão temporariamente o exercício do mandato ou em definitivo a sua perda.

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias da Assembléia.

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, encaminhar-se-á o processo à Mesa Diretora e, uma vez lido no expediente, será o mesmo publicado no Diário da Assembléia e distribuído em avulsos para inclusão na Ordem do Dia.

Art. 12. É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa e, a este, assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 13. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer Deputado, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas a atitudes de qualquer Deputado, omissivas ou comissivas, que tipifiquem, nos termos deste Código, comportamento contrário à ética e ao decoro parlamentar.

§ 1º Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º Recebida a denúncia, o Conselho promoverá a apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvindo o denunciado e providenciando as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Considerada procedente a denúncia, por fato sujeito a medidas previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 7º deste Código, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos.

§ 4º Verificando tratar-se de denúncia sujeita a medidas previstas nos parágrafos 3º e 4º do artigo 7º deste Código, o Conselho procederá na forma do art. 11.

§ 5º Poderá o Conselho, independentemente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuído a Deputado.

Art. 14. Quando um Deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou em qualquer circunstância, de ato que ofenda sua honorabilidade, pode pedir ao Presidente da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao agressor.

Art. 15. As apurações de fatos e responsabilidades previstas neste Código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa Diretora da Assembléia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 16. O processo disciplinar regulamentado neste Código não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis ou seus efeitos.

Art. 17. Quando, em razão das matérias reguladas neste Código, forem injustamente atingidas a honra e a imagem da Casa, de algum dos seus órgãos ou qualquer de seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar à Mesa que determine a intervenção da Procuradoria, nos termos do Regimento Interno da Casa.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Art. 18. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno da Casa, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar e, especialmente, da soberania da vontade popular, expressa no voto, e do fortalecimento do Poder Legislativo.

Art. 19. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por 1/5 (um quinto) dos Membros da Assembléia Legislativa, de membros titulares e igual número de suplentes, indicados para o mandato de 2 (dois) anos, observado, quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos políticos ou blocos parlamentares.

§ 1º Os Líderes Partidários indicarão à Mesa Diretora os nomes dos Deputados para integrarem o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo Partido.

§ 2º As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas de Declarações atualizadas de cada Deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas, profissionais, sociais ou classistas, nos termos dos incisos I, II e III do artigo 6º deste Código.

§ 3º Acompanharão, ainda, cada indicação, uma Declaração do Presidente da Mesa Diretora, certificando a inexistência de quaisquer registros nos arquivos e anais da Assembléia, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos parágrafos 1º ao 4º do artigo 7º deste Código, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorridos.

§ 4º Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho, observadas, no que couber, as normas contidas no art. 8º do Regimento Interno.

Art. 20. Enquanto não for aprovado regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e designação de Relatores.

§ 1º Os membros do Conselho estarão sujeitos, sob pena de imediato desligamento e substituição, a observar a discricção e o sigilo, inerentes à natureza de sua função.

§ 2º Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões durante a sessão legislativa.

Art. 21. O corregedor da Assembléia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada necessárias aos esclarecimentos dos fatos a serem investigados.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. O Orçamento Anual da Assembléia Legislativa consignará dotação específica, com os recursos necessários à publicação das Declarações obrigatórias previstas no art. 6º deste Código.

Art. 23. Aplicam-se, com as necessárias adaptações, aos mandatos em curso, as disposições dos incisos I, II e III do artigo 6º e do parágrafo 4º, do art. 19, não sendo aplicáveis aos mesmos as regras estabelecidas nos incisos I e II do artigo 4º, deste Código.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogados o parágrafo 3º, do artigo 272 do Regimento Interno e demais disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 15 de abril de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO DP Nº 009/98

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

SUBSTITUIR nas Comissões Permanentes, constituída pela Resolução DP Nº 002/98, o Senhor Deputado Onofre Santo Agostini, da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pelo Senhor Deputado Idelvino Furlanetto, e o Senhor Deputado Ciro Roza, da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, pelo Senhor Deputado Pedro Bittencourt Neto.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 16 de abril de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia sete de abril de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão acima epigrafada, na Sala de Reuniões das Comissões do Palácio Barriga Verde da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, presentes os Senhores Deputados Luiz Roberto Herbst, Presidente; Ideli Salvatti, Vice-Presidente; Júlio Teixeira, Udo Wagner e Manoel Mota. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, passando a palavra a Deputada Ideli Salvatti e esta falou ao novo Presidente da Comissão e demais membros que no ano de 1997 foram realizados seminários regionais em conjunto com o SINTE, Universidade Federal e UDESC, onde foram debatidas as questões ligadas a educação, LDB e Fundão, outros Parlamentares como o Deputado Pedro Uczai fez uma série de debates junto ao sistema fundacional, diversas outras áreas ligadas a educação. Todas essas mudanças que estão ocorrendo no ano de 1998 na área da educação são frutos dos debates realizados no ano de 1997. O MEC fez roteiro de seminário e a Secretaria da Educação assim o fez, e nós gostaríamos de que tanto o Projeto de Sistema Estadual de Ensino, quanto ao Projeto de Gestão Democrática pudessem ser votado aqui na Casa, a partir de um processo mínimo de debate com a sociedade civil organizada. Não cabe a nós parlamentares, pura e simplesmente votar estes projetos sem que a sociedade possa se pronunciar. Então eu estou apresentando como proposta, que nós possamos abrir este debate e que a comissão de Educação possa ser e como ela já foi da outra vez, em conjunto com outras Entidades, a propulsora dos debates na sociedade. Inclui-me a árvore aqui no direito de propor a realização de Audiências Públicas macro-regionais, e que as mesmas pudessem ser realizadas em: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Lages, Chapecó e Criciúma, podendo atender as diversas realidades regionais do nosso Estado e também a realização de debates setoriais. Talvez a gente deve-se ater a realização de alguns debates, como a questão do ensino superior, ensino profissionalizante e educação no meio rural. Então eu queria entregar ao Presidente da Comissão de Educação a proposta e queria pedir que antes da gente fazer as deliberações dos projetos, até por que não à projetos polêmicos no dia de hoje, então poderíamos debater e ver da viabilidade de conduzirmos este debate. Deputado Luiz Roberto Herbst, estes projetos estão na Comissão de Constituição e Justiça e gostaria de consultar todos os deputados aqui presentes, e entendo que para nós fazermos esta discussão com a sociedade Catarinense deveria entrar na Comissão de Educação os Projetos inicialmente, porque se não a Comissão de Constituição e Justiça que teria que fazer este debate. O que a Senhora pode nos falar. Deputada Ideli Salvatti, Senhor Presidente eu tenho o seguinte entendimento, estes dois projetos vão sofrer um volume muito grande de emendas, principalmente o Projeto do Sistema Estadual de Ensino, como ele envolve todas as realidades das escolas particulares, escolas públicas, ensino superior, ensino médio, ensino profissionalizante, ensino fundamental, educação infantil, educação especial, é impossível que os setores não se manifestem. Não tem como a gente não fazer o debate de mérito, pois todas estas emendas vão acabar caindo na Comissão de Constituição e Justiça. Deputado Luiz Roberto Herbst, então Deputada Ideli, nós temos que fazer uma reunião em conjunto,

Educação e Justiça, porque o Projeto não está na Comissão de Educação, aí não podemos fazer a discussão sem que o projeto esteja aqui. Por isso gostaria de consultar os Senhores Deputados aqui presentes. Deputado Pedro, senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não faço parte desta Comissão, mais gostaria de me manifestar, colocando a importância da realização destes seminários e audiências públicas regionais, porque o sistema de lei complementar, sistema de ensino ele vai envolver, e vai se pensar o futuro da educação no Estado. Então é um projeto extremamente sério e importante, é necessário democratizar este debate na sociedade; esta parte da legalidade e da tramitação interna eu tenho alguma dificuldade de ver como seria, porque para mim, estaria tranquilo que seria a partir daqui, da Comissão de Educação promover o evento e já discutindo o mérito do projeto, mesmo que ele ainda esteja na Comissão de Constituição e Justiça, mais eu não sei como se resolver isto. Deputado Lício Mauro da Silveira, primeiramente gostaria de apresentar meu assessor para a área da educação, professor Mário Amorim, ele vai me acompanhar em todo o processo, tanto na CPI da Educação como aqui na Comissão de Educação. Com relação a este assunto Deputado Pedro, nós somos da Comissão de Mérito, Comissão de Justiça, pelo que o nome já diz já atua da forma que é peculiar, acho inadequado, acho que tem que haver uma reunião conjunta, para nós definirmos o processo de discussão. Se nós quisermos aqui na Comissão de Educação fazer audiência pública para que se coloque as preocupações dos interessados na área da educação de Santa Catarina e a Comissão de Justiça, independentemente agir de sua forma, nós poderemos criar um problema, até gerar uma expectativa no âmbito dessas discussões com a sociedade. E se as coisas ocorrerem de uma forma distanciada, de uma o outra condição vai gerar expectativas que não poderão ser atendidas, aí nós seremos cobrados, por isso que eu acho deveremos fazer uma reunião conjunta para delinear bem estas coisas, Comissão de Justiça e Comissão de Educação. Ver como é que nós iremos fazer essa discussão a nível de Comunidade e a nível das duas Comissões. Deputado Júlio Teixeira, como relator do projeto que está sendo discutido agora, informalmente na Comissão de Educação, e lá na Comissão de Justiça com o relator para que possa proceder o parecer sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade do mesmo. Eu assumo o compromisso de trazer o projeto para discussão na Comissão de Educação com prévio parecer, uma proposta de encaminhamento, para que aqui ele possa ganhar, mesmo que de maneira informal, a agilidade necessária. A reunião conjunta ela seria necessária para a discussão de um parecer que será já discutido isoladamente na Comissão de Justiça com relação a um aspecto. Deputado Lício Mauro da Silveira, a reunião conjunta que eu sugeri é para sacramentar o aspecto de um cronograma adequado para essa tarefa, que eu não gostaria de abrir discussão para a população sem termos uma diretriz das duas Comissões. Deputado Luiz Roberto Herbst, então ficam encarregados a Deputada Ideli e o Deputado Júlio para combinar com o Presidente da Comissão de Justiça para marcarmos uma reunião conjunta. Deputada Ideli Salvatti, acho que é importante ter esta sinalização, mais uma das coisas que nos preocupa, de forma bastante forte é que a Comissão de Justiça acaba sempre discutindo o mérito, porque lá são realizadas as audiências públicas, é lá que são realizados os debates. Deputado Luiz Roberto Herbst, no horário das breves comunicações, uma abertura para exposição dos motivos para instalação das Escolas Rurais Acadêmicas que serão construídas nos municípios de Mafra, Canoinhas e São Miguel do Oeste. Só para explicar aos Senhores Deputados os Municípios do Estado, não terão despesas nenhuma com essas escolas, elas serão

construídas com recursos do Banco Mundial, com tecnologia de Israel, e é uma experiência que vai ser feita na nossa região, Canoinhas, Mafra e São Miguel do Oeste. Tanto que ali não se vê cor partidária, porque o Prefeito de Canoinhas é PFL, Mafra PPB, e São Miguel do Oeste do PPB. Nós acompanhamos desde o início esse trabalho, com os técnicos de Israel. Foi feito o ante-projeto em Mafra no mês de janeiro, que está praticamente pronto. O Consulado de Israel pede que tenha parecer da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e também da Secretaria de Educação e do Governo do Estado. Amanhã vem a equipe que elaborou este ante-projeto para fazer a explanação em 30 minutos, no horário das breves comunicações no Plenário, para que possamos conhecer a fundo este projeto. Projetos de Escolas Rurais, com grade curricular mais ou menos adaptadas com a exigência do Estado e do País, mais com a parte prática da experiência de Israel. Não sei se os senhores Deputados tem alguma colocação quanto a esse projeto, pois a manhã serão explicados pelos técnicos que elaboraram o projeto, que são da UNC e das Prefeituras. Também gostaria de comunicar aos Senhores Deputados que os colaboradores da Comissão de Educação são os mesmos do ano passado, que continuam conosco nestes trabalhos da Comissão. Em seguida o Senhor Presidente convidou a Deputada Ideli Salvatti, para relatar o Projeto de Lei nº 0340.0/97; O Deputado Júlio Teixeira relatou os Projetos e Decretos Legislativos nºs 0263.7/97 e 0274.3/97; O Deputado Udo Wagner relatou o Projeto de Lei nº 0004.3/98; O Deputado Manoel Mota relatou os Projetos de Lei nºs 0148.3/97; 0409.5/97 e 0165.2/97 e o Deputado Luiz Roberto Herbst relatou o Projeto de Lei nº 0341.3/98. Todas as matérias foram analisadas e colocadas em votação, sendo aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião do que para constar, eu Orion Luiz Ramos, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente e demais membros.

Sala das Reuniões, em 07 de abril de 1998.

Deputado Luiz Roberto Herbst - Presidente
Deputada Ideli Salvatti - Vice-Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Membro
Deputado Júlio Teixeira - Membro
Deputado Lício Mauro da Silveira - Membro
Deputado Udo Wagner - Membro
Deputado Manoel Mota - Membro

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia 1º de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a presidência do Senhor Deputado Gilmar Knaesel, reuniu-se a Comissão acima epigrafada, registrando presença os seguintes membros: Deputado Ivo Konell, Deputado Wilson Wan-Dall, Deputado Leodegar Tiscoski, Deputado Eni Voltolini, Deputado Carlito Merss, e Deputado Jorginho Mello. Inicialmente o Senhor Deputado Gilmar Knaesel, procedeu a leitura da Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. A seguir foram relatados pelo senhor Deputado Leodegar Tiscoski, os seguintes Projetos de Lei: PL/0260.3/97, PL/0340.0/97, PL/0341.3/97, PL/0342.6/97, que postos em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. Dando continuidade a reunião, o senhor Deputado Jorginho Mello, relatou os seguintes Projetos de Decreto Legislativos: PD/0262.4/97, PD/0263.7/97, PD/0264.0/97, PD/0265.2/97, PD/0270.2/97. O senhor Deputado Ivo Konell, relatou os seguintes Projetos de Decreto Legislativos: PD/ 0271.5/97, PD/0272.8/97, PD/0273.0/97, PD/0274.3/97, PD/0275.6/97, PD/0276.9/97, e PD/0010.1/97, que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, onde, para constar, eu, Alexandre Aldo Cipriani, Secretário designado da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e considerada correta será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 01 de abril de 1998.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Ivo Konell - Vice-Presidente
Deputado Wilson Wan-Dall - Membro
Deputado Leodegar Tiscoski - Membro
Deputado Carlito Merss - Membro
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia 08 de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a presidência do Senhor Deputado Gilmar Knaesel, reuniu-se a Comissão acima epigrafada, registraram presença os seguintes membros: Deputado Ivo Konell, Deputado Wilson Wan-Dall, Deputado Leodegar Tiscoski, Deputado Eni Voltolini, Deputado Carlito Merss. Inicialmente o Senhor Deputado Gilmar Knaesel, procedeu a leitura da Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. A seguir foi relatado pelo senhor Deputado Eni Voltolini, o seguinte Projeto de Lei nº PL/0002.8/98, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade a reunião, o senhor Presidente, propôs a mudança de horário das reuniões ordinárias para às oito horas e trinta minutos, que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, onde, para constar, eu, Antônio Carlos Morro, Secretário designado da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e considerada correta será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 08 de abril de 1998.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Ivo Konell - Vice-Presidente
Deputado Wilson Wan-Dall - Membro
Deputado Leodegar Tiscoski - Membro
Deputado Carlito Merss - Membro
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia 15 de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a presidência do Senhor Deputado Gilmar Knaesel, reuniu-se a Comissão acima epigrafada, registraram presença os seguintes membros: Deputado Ivo Konell, Deputado Wilson Wan-Dall, Deputado Gilson dos Santos, substituindo Deputado Leodegar Tiscoski, Deputado Gelson Sorgato e Deputado Jorginho Mello. Inicialmente o Senhor Deputado Gilmar Knaesel, procedeu a leitura da Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. A seguir foi relatado pelo senhor Deputado Ivo Konell, os seguintes Projetos de Lei nºs PL/0276.3/97, PD/0283.4/97 e PD/0282.1/97, que postos em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. O Deputado Wilson Wan-Dall, relatou os seguintes Projetos de Lei nºs PL/0001.5/98, PL/0263.1/96, PD/0280.6/97 e PD/0281.9/97, que postos em votação foram aprovados por unanimidade. O Deputado Eni Voltolini, relatou o seguinte Projeto de Decreto Legislativo nº PD/0278.4/97, que posto em votação foi aprovado por unanimidade. A seguir o Deputado Gilmar Knaesel pediu vistas aos Projetos de nºs PL/0357.3/97 e PL/0024.0/98. O Deputado Wilson Wan-Dall pediu vistas do Projeto de Lei nº 0077.7/96. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, onde, para constar, eu, Antônio Carlos Morro, Secretário designado da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e considerada correta será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 15 de abril de 1998.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Ivo Konell - Vice-Presidente
Deputado Wilson Wan-Dall - Membro
Deputado Leodegar Tiscoski - Membro
Deputado Carlito Merss - Membro
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro

*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII da Constituição do Estado, e art. 112, inciso IV do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.075/98

Suspende execução de partes de lei municipal
Art. 1º Fica suspensa a execução dos artigos 117 e 118 e seus parágrafos da Lei Orgânica do Município de Ibituba, conforme Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 88.085641-4, da Comarca de Ibituba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 30 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Gervásio Maciel - Secretário
Deputado Odacir Zonta - Secretário

*** X X X ***

EDITAL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Presidente da AFIPOLSC, no uso de suas atribuições de acordo com o art. 15 e art. 16 do Estatuto resolve:

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Convocar uma Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia cinco de maio de 1998, com início às 14:00 hs, obedecendo a seguinte ordem do dia;

1º Apreciação do Relatório de Prestação de Contas do ano entre 97-98

2º Informação sobre Processo de Vantagem Pessoal

A Assembléia realizar-se-á no Plenarinho.

Compareçam, a sua presença é importantíssima.

Florianópolis, 15 de abril de 1998.

Lezir Maria Carpes

Presidente da AFIPOLSC

*** X X X ***

EXTRATO**EXTRATO Nº 038/98**

REFERENTE: Termo Aditivo nº 01/98 ao Contrato de Locação nº 002/95.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Telecomunicações de Santa Catarina S/A.

OBJETO: Prorroga prazo e reajusta valor mensal.

Signatários:

Deputado Francisco de Assis Küster - Presidente

Vitor Oswaldo Konder Reis - Presidente

Jorge Folis - Diretor de Serviços

Florianópolis, 15 de abril de 1998.

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 021/98****TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA****Gabinete do Presidente**

OF.GAP-Nº 688/98

Florianópolis, 1º de abril de 1998

Exmo. Sr.

Deputado NEODI SARETTA

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Nesta

Senhor Presidente,

Com meus respeitosos cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência e seus dignos pares para apresentar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, artigo 88 da Lei Complementar nº 31, de 27/09/90 e artigo 26, inciso XXIII do Regimento Interno, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao **quarto trimestre de 1997**.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Conselheiro Moacir Bertoli

Presidente do TCE/SC

Lido no Expediente

Sessão de 07/04/98

RELATÓRIO DE ATIVIDADES**TRIMESTRE: OUTUBRO/NOVEMBRO E DEZEMBRO/97****I - INTRODUÇÃO**

Senhor Presidente,

Honra-me apresentar à essa Augusta Assembléia Legislativa o Relatório das Atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativas ao trimestre de outubro, novembro e dezembro de 1997, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 59, da Constituição Estadual.

Acompanham o presente Relatório os balancetes relativos aos meses do citado trimestre, que contém cópia de todos os empenhos emitidos, demonstrativos contábeis e informações sobre a movimentação de recursos financeiros e orçamentários geridos pelo Tribunal de Contas.

Integram, ainda, o Relatório documentos que, por si só, constituem histórico das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas, no trimestre e que são os seguintes:

a) Relatório Trimestral da Coordenação de Segurança e Transporte/Unidade de Transporte, acompanhado de Relatórios Mensais de Custos e Utilização de Veículos;

b) Relatório Trimestral de Diárias concedidas a funcionários a serviço do Tribunal de Contas;

c) Cópia de todos os "releases" distribuídos pela Assessoria de Comunicação Social do Gabinete da Presidência.

d) Cópia da Resolução nº TC-03 de 13/10/97, que altera o Art. 6º da Resolução nº TC-14/96, de 18.12.1996 que estabelece procedimentos especiais para acompanhamento preliminar de editais de concorrência da Administração Estadual.

e) Resolução nº 05/97 de 15/12/97, que estabelece a distribuição de processos aos Relatores, por grupos de unidade, relativos às contas do exercício financeiro de 1998, das unidades gestoras da Administração Estadual.

f) Portaria Nº 867/97, estabelece a distribuição de processos aos Relatores das contas das unidades gestoras das Administrações Municipais, relativas ao exercício financeiro de 1998.

II - RECEITA

Os recursos financeiros repassados ao Tribunal, através de suprimimento, pelo Tesouro do Estado, para atendimento às suas despesas administrativas e operacionais, foram fixados em 1,2% (um vírgula dois por cento) da receita líquida disponível do Estado, conforme Lei nº 10.222, de 24 de setembro de 1996.

Os valores repassados pelo Tesouro do Estado ao Tribunal de Contas, a título de suprimimento e por convênio, no período, (incluídas as importâncias provenientes de aplicações financeiras feitas por este Órgão), foram os seguintes:

SUPRIMENTOS REPASSADOS

MESES	NO MÊS	ATÉ O MÊS
OUTUBRO	1.902.331,67	19.037.293,95
NOVEMBRO	2.281.698,92	21.318.992,87
DEZEMBRO	3.082.748,29	24.401.741,16

III - DESPESA

A Despesa Orçamentária realizada pelo Tribunal de Contas apresentou, sinteticamente, os seguintes quantitativos, conforme expressam os Anexos TC-8 - "Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada", menos empenhos globais mais subempenhos, elaborados no trimestre:

DESPESA REALIZADA

MESES	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA	ACUMULADO NO EXERCÍCIO
OUTUBRO	23.760.000,00	2.186.151,71	20.008.500,17
NOVEMBRO	25.160.000,00	2.016.584,18	22.025.084,35
DEZEMBRO	25.867.000,00	2.910.073,52	24.935.157,87

No tocante a classificação funcional-programática, a Despesa Realizada apresenta-se assim:

PROJETO ATIVIDADE	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
-0201.01020022.003 Fisc. Contr. da Arrec. e Aplic. dos Rec. Publ.	1.359.754,33	1.330.688,52	1.960.079,03
-0201.01020021.179 Ampl. Sist. De Proces. Dados do TCE	150.448,41	-	-
-0201.01072172.207 Capacitação de Recursos Humanos	5.585,06	10.013,43	11.968,44
-0201.15814862.336 Assistência Social	2.614,88	2.540,56	1.957,60

-0201.15824952.002 Pagamento de Enc. Com Inativos	667.749,03	673.341,67	936.068,45
--	------------	------------	------------

Quanto à sua classificação econômica, a Despesa Realizada evidencia-se da seguinte forma:

ELEMENTO DA DESPESA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
3110 - Pessoal	1.127.651,29	1.121.638,84	1.601.844,01
3113 - Obrigações Patronais	63.307,79	63.489,29	63.720,34
3120 - Material de Consumo	18.035,49	20.464,19	46.075,09
3130 - Serv.Terc. Encargos	176.196,48	155.245,77	186.929,42
SUB-TOTAL	1.385.191,05	1.360.838,09	1.898.568,86
3250 - Transf. a Pessoas	646.032,53	651.030,17	913.433,66
4120 - Equip.Mat.Permanente	154.928,13	4.715,92	98.071,00
TOTAL GERAL	2.186.151,71	2.016.584,18	2.910.073,52

A Despesa Orçamentária Realizada, considerando a relação entre a despesa por sub-categoria e a despesa total, pode ser assim demonstrada:

SUB-CATEG. ECONÔMICA	OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Desp. Custeio	1.385.191,05	63,36	1.360.838,09	67,48	1.898.568,86	65,24
Transf. Correntes	646.032,53	29,55	651.030,17	32,28	913.433,66	31,39
Investimentos	154.928,13	7,09	4.715,92	0,24	98.071,00	3,37
TOTAL GERAL	2.186.151,71	100	2.016.584,18	100	2.910.073,52	100

A Despesa de Pessoal, a seguir considerada, reporta-se a remuneração do Pessoal Estatutário (3111.01.01.00) e aos proventos dos Inativos (3251.00.00.00). Comparando-se os gastos provenientes desses

pagamentos com o total dos suprimentos recebidos do Tesouro do Estado e com o total da Despesa realizada, tem-se a seguinte relação:

DESPESA DE PESSOAL

MESES	DESPESA DE PESSOAL		SUPRIMENTOS RECEBIDOS(C)	%	DESPESA REALIZADA(D)	%
	ATIVO(A)	INATIVO(B)				
OUTUBRO	1.086.583,29	638.462,04	1.902.331,67	90,68	2.186.151,71	78,91
NOVEMBRO	1.081.930,44	643.913,90	2.281.698,92	75,64	2.016.584,18	85,58
DEZEMBRO	1.621.724,01	906.327,26	3.082.748,29	82,01	2.910.073,52	86,87

IV - LICITAÇÕES

No trimestre de outubro a dezembro de 1997 foram adjudicados os processos licitatórios, cópia anexa, seguintes:

LICITAÇÃO			
PROCESSO Nº	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO
DGAF-Nº 833/97	CONVITE	06	Aquisição de 86 pentes de memória RAM com 72 vias e 8 Mbytes para equipamentos Compaq Presario 433.
DGAF-Nº 1182/97	CONVITE	08	Contratação de empresa para fornecimento de café em grão e açúcar.
DGAF-Nº 1216/97	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	01	Aquisição de Boletins de Direito Administrativo da Editora NDJ Ltda.
DGAF-Nº 1227 e Nº 1227/97	DISPENSA DE LICITAÇÃO	05	Prestação de serviços de postais e telemáticos com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
DGAF-Nº 1124/97	DISPENSA DE LICITAÇÃO	08	Treinamentos em windows'95 para os servidores do Tribunal de Contas.
DGAF-Nº 1183/97	CONVITE	09	Fornecimento de água mineral.
DGAF-Nº 1184/97	CONVITE	10	Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis e lubrificantes.
DGAF-Nº 447/97	TOMADA DE PREÇOS	04	Aquisição de 275 cadeiras giratórias com braços, 170 mesas para micros e 10 meses de escritório.

V - TRANSPORTES

O Tribunal de Contas do Estado possui atualmente 14 Veículos, sendo: 1 Monza, 1 Veraneio, 1 Trafic, 1 Saveiro, 1 Vectra e 9 Ipanema, dentre os quais 13 são movidos a gasolina e 1 a diesel.

A exceção do veículo de representação da Presidência, a utilização dos veículos destina-se à atividade operacional do Tribunal,

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL

VEÍCULO	QUANT.	OUTUBRO			NOVEMBRO			DEZEMBRO		
		KM/PERC	ABAST/L	KM/L	KM/PERC	ABAST/L	KM/L	KM/PERC	ABAST/L	KM/L
GASOLINA	13	38.425	3.666.7	10.48	39.875	4.138	9.64	32.324	3.481.1	9.29
DIESEL	1	1.803	229.9	7.84	3.481	461.8	7.54	1.544	191.4	8.07

momento ao transporte de servidores quando de inspeções "in loco", tanto nas unidades administrativas sediadas na Capital, quanto em municípios do interior, aí incluídos também os órgãos e entidades das Administrações Municipais.

Observados agrupadamente - veículos a gasolina e à diesel - a relação entre quilometragem percorrida e abastecimento é a seguinte:

O acompanhamento de custos e utilização de veículos é procedimento da responsabilidade da Coordenação de Segurança e Transporte/Unidade de Transporte, desta Corte, que mensalmente emite um relatório de acompanhamento da utilização e manutenção de

cada um dos automóveis (cópia desses relatórios seguem em anexo).

Extraímos dos referidos "Relatórios Mensais de Custos e Utilização de Veículos" os dados globais, abaixo transcritos, que evidenciam os gastos realizados:

GASTOS COM MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

OBJETO	OUTUBRO R\$	NOVEMBRO R\$	DEZEMBRO R\$
-Combustível	3.055,21	3.622,79	3.065,29
-Lavação	105,00	169,00	88,00
-Óleo Lubrificante	113,99	161,19	69,32
-Pneus/Câmeras/Bateria	972,47	339,00	-
-Peças, Acess. Mat. Ofic.	812,44	1.057,84	804,94
-Mão de Obra	464,28	343,35	572,28
T O T A L	5.523,39	5.693,17	4.603,83

VI - RECURSOS HUMANOS

O Tribunal de Contas, com suas atribuições constitucionais de órgão de controle externo, necessita investir prioritariamente na capacitação de recursos humanos, como forma de bem desempenhar suas funções e, conseqüentemente, atender aos anseios sociais.

O levantamento efetuado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças, através de sua Divisão de Recursos Humanos, evidencia a seguinte situação do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas em 31 de dezembro de 1997:

QUADRO DE PESSOAL - SITUAÇÃO ATUAL

CARREIRAS	CAT. FUNC.	CARGOS EXISTENTES	CARGOS LOTADOS	CARGOS VAGOS	LICENÇA
Analista Controle Externo	NOS	292	185	107	01
Advogado	NOS	02	02	-	-
Analista em Informática	NOS	01	01	-	-
Enfermeira	NOS	01	01	-	-
Analista de Sistemas	NOS	01	01	-	-
Economista	NOS	01	01	-	-
Contador	NOS	01	01	-	-
Analista Téc. Administrativo	NOS	03	02	01	-
Administrador	NOS	02	02	-	-
Médico/Cirurgião Dentista	NOS	05	01	04	-
Assistente Controle Administração	NOS	59	39	20	-
Técnico Controle Administração	ONM	120	78	42	-
Professor	ONM	01	-	01	-
Investigador Policial	ONM	01	01	-	-
Técnico Ativ. Administrativas	ONM	04	04	-	-
Técnico Judiciário Auxiliar	ONM	01	01	-	-
Datilógrafo/Digitador	ONM	60	19	41	02
Auxiliar Serviços Especiais	ONB	71	15	56	-
Motorista Oficial	ONB	26	15	11	-
Telefonista	ONB	04	-	04	-
Auxiliar Serviços Gerais	ONB	27	9	18	-
T O T A L		683	378	305	03

VII - ATOS ADMINISTRATIVOS PORTARIAS

As Portarias expedidas pelo Tribunal de Contas, no trimestre, foram publicadas no Diário Oficial do Estado, razão pela qual não estão anexadas, em cópias, ao presente Relatório.

Versam sobre os seguintes assuntos:

- Concessão/autorização de gozo de licença prêmio
- Lotação de servidores
- Atribuição adicional pós graduação
- Substituição funções e cargos comissionados
- Designações
- Disposição
- Licença para tratamento de saúde
- Gratificações
- Constituição de Comissões
- Promoção
- Convocação de Auditor para substituir Conselheiro
- Aposentadorias
- Nomeações

APOSTILAS

Assim como as Portarias, os processos referentes a adicional e averbação por tempo de serviço, entre outros, deferidos pelo Presidente, são publicados no Diário Oficial do Estado, com os respectivos números dos processos.

VIII - ATIVIDADES DAS DIRETORIAS TÉCNICAS, CONSULTORIA GERAL e SECRETARIA GERAL

As atividades de fiscalização são exercidas pelas Diretorias Gerais de Controle e por Diretoria Especial.

A fiscalização dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual está a cargo da Diretoria Geral de Controle da Administração Estadual (DCE), enquanto a fiscalização das Administrações Municipais é da competência da Diretoria Geral de Controle de Municípios (DMU).

Compete a Diretoria Especial de Auditoria e Serviços (DEA) a realização de auditorias especiais, determinadas por decisão do Tribunal Pleno em face de requerimento de Conselheiros, solicitação da Assembléia Legislativa de Santa Catarina ou em decorrência de denúncias apresentadas nos termos do Art. 62, § 2º, da Constituição Estadual.

A Diretoria Geral de Controle de Obras Públicas - (DCO), criada através da Resolução TC-Nº 13/94, tem a incumbência da fiscalização das obras públicas e serviços de engenharia, nos âmbitos estadual e municipal.

Estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado atualmente, 1320 Unidades Gestoras, cuja discriminação por Diretoria Técnica pode assim ser expressada:

UNIDADES FISCALIZADAS

DIRETORIAS	ADM.DIR. PREFEIT.	FUNDOS ESPECIAIS	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	SOC.ECON. MISTA	EMPRESAS PÚBLICAS	TOTAL
DMU	293	825	52	56	-	-	1226
DCE	22	21	07	06	38	-	94

AUDITORIAS ORDINÁRIAS

UNIDADE LOCAL INSPEÇÃO	INSPEÇÃO "IN LOCO"		
	MÊS OUTUBRO	MÊS NOVEMBRO	MÊS DEZEMBRO
DMU			
- na Capital	-	-	-
- no Interior	-	-	-
DCE			
- na Capital	11	18	07
- no Interior	25	27	02
DCO			
- na Capital	05	06	01
- no Interior	02	02	04
TOTAL	43	53	14

AUDITORIAS ESPECIAIS

UNIDADE LOCAL INSPEÇÃO	"INSPEÇÃO "IN LOCO"		
	MÊS OUTUBRO	MÊS NOVEMBRO	MÊS DEZEMBRO
DEA			
- na Capital	-	-	-
- no Interior	-	-	-
DCO			
- na Capital	-	-	-
- no Interior	-	-	01
TOTAL	-	-	01

A produção de expedientes, pelas Diretorias Técnicas, decorrente da instrução de processos e da realização de auditorias, apresenta os seguintes resultados globais:

PRODUÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

EXPEDIENTES	DMU	DCE	DEA	DCO
INFORMAÇÕES				
- Balancetes	-	175	-	-
- Licitação/Contratos e Convênio examinados "in loco"	-	-	-	-
- Licitações/Contratos	-	136	-	-
- Prestações de Contas examinadas no TCE	-	209	-	-
- Prestação de Contas examinadas "in loco"	-	-	-	-
- Aposentadorias e Admissões	-	250	-	-
- Concessões de Aposentadorias examinadas "in loco"	-	-	-	-
- Outros(REC, DEN, Edital de Conc., Memo, Of. e Inf.)	219	25	20	-
RELATÓRIOS	-	-	32	-
PARECERES (BL)	-	-	-	-
- Balancetes Rec. Antecipados examinados "in loco"	-	7969	-	-

Quando da análise de processos apuram-se irregularidades ou divergências, tem as Diretorias Técnicas delegação para diligenciar os autos com o fito de dar oportunidade aos órgãos e entidades interessadas de sanarem as discrepâncias existentes. Após as diligências, os processos são reinstruídos, sendo então encaminhados ao Ministério Público Especial (Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas), para emissão de parecer nos termos do art. 50, IV, da Resolução TC-11/91 (Regimento Interno). A seguir, os processos são encaminhados ao Conselheiro Relator ou ao Auditor Relator, que os examinam e encaminham ao Tribunal Pleno para julgamento, podendo antes, se for o caso, determinar novas diligências internas e externas.

No trimestre, as diligências determinadas pelas Diretorias Técnicas foram as seguintes:

DILIGÊNCIAS BAIXADAS

DIRETORIAS	MÊS OUTUBRO	MÊS NOVEMBRO	MÊS DEZEMBRO
DMU	-		
DCE	153	212	98
DEA	08	10	07
DCO	10	15	10
TOTAL	171	237	115

As atividades desenvolvidas pela CONSULTORIA GERAL podem ser representadas como segue:

PRODUÇÃO DA CONSULTORIA GERAL

PROCESSOS (espécies)	MÊS OUTUBRO	MÊS NOVEMBRO	MÊS DEZEMBRO
Adicional Trienal	-	-	-
Aposentadorias	02	-	-
Balancetes	01	-	-
Balanços	-	-	01
Consultas	17	29	11
Contratos	01	01	-
Denúncia	01	01	-
Pedido de Informação	-	01	-
Prestação de Contas	08	10	-
Processos Diversos	03	-	-

Recursos	15	26	14
Relatório de Auditoria	-	03	-
Relatório de Auditoria Especial	01	-	-
Representação	02	03	01
TOTAL	51	128	27

OBS: Processos Internos = 07

Expedientes não autuados = 15

ATIVIDADES DA SECRETARIA GERAL

A Secretaria Geral realizou, em resumo, as seguintes atividades:

PROCESSOS EM DILIGÊNCIA	16
PROCESSOS DEVOLVIDOS À ORDEM	334
CERTIDÕES EXPEDIDAS	35
OFÍCIOS EMITIDOS A UNIDADES	3201

IX - CONCLUSÃO

Estas, Senhores Deputados, as Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativas ao 4º trimestre de 1997.

Os dados expressos no presente Relatório de Atividades podem ser confirmados pelos documentos, em anexo, o que permite melhor compreensão sobre os atos e fatos administrativos realizados no período em questão pelo Tribunal de Contas.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 1998.

Conselheiro Moacir Bertoli

Presidente do TCE/SC

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 022/98

Joinville Esporte Clube

Ilmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Ref.: Renovação do Reconhecimento do Joinville Esporte Clube como Entidade de Utilidade Pública de acordo com a Lei Municipal nº 2140.

JOINVILLE ESPORTE CLUBE, sociedade esportiva, estabelecido à rua Coronel Francisco Gomes, 1000, bairro Bucarein em Joinville, Estado de Santa Catarina, inscrito no CGCMF sob Nº 83.180.299/0001-30, no município sob Nº 14961, representado por seu Presidente Vilson

Florêncio, brasileiro, solteiro, maior, portador da carteira de identidade Nº 3/R 1.849.956 (SSP-SC), e do CPF Nº 624.743.328-04, residente e domiciliado à rua Otto Boehn, 503 apto. 203, em Joinville, vem com fulcro no dispositivo acima referenciado, requer a V.Sa. o seguinte:
A Renovação do Reconhecimento do Joinville Esporte Clube, como Entidade de Utilidade Pública Municipal, conforme determina o Art. 3º da Lei Municipal Nº 2.140 de 21 de maio de 1987.

Termos em que pede deferimento,
Joinville, 31 de março de 1998.
Joinville Esporte Clube
Vilson Florêncio
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 15/04/98

Anexo, Declaração que os Diretores não são Remunerados, Lei Municipal nº 1754 de 16.10.80, Lei Municipal nº 2140 de 21.05.87, Lei Estadual nº 8964 de 07.01.93, cópia do CGC, comprovante de localização, licença da F.C.F., folha corrida dos Diretores, Ata de posse da Diretoria, cópia do Estatuto da Entidade e Balancete Analítico de 1997.

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 023/98

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS

Joinville, SC, 13 de abril de 1998

Da CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS
À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
FLORIANÓPOLIS, SC

A Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas-CICAF, CGC nº 82.602.533/0001-08, com sede à Rua Des. Nelson Nunes Guimarães, 346, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, SC, entidade sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica,

Apresenta à Vossa Senhoria, para os devidos fins, o
Relatório de Atividades, Serviço Gratuito e Benefícios referente ao exercício de 1997. Acompanha o relatório os seguintes documentos:

1. Declaração de responsabilidade
2. Publicação do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo de Receitas e Despesas do Exercício de 1997.
3. Cópia do Estatuto da Entidade.

Cordiais votos de Paz e Bem,
Tereza Zardo
Secretária

Lido no Expediente

Sessão de 16/04/98

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 024/98

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE

Joinville-SC, 08 de abril de 1998

A
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Praça Tancredo Neves
88.020-900 FLORIANÓPOLIS-SC
Prezados Senhores,

A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, sediada à rua Princesa Isabel nº 508, nesta cidade, vem encaminhar a esta Assembléia a documentação abaixo, em cumprimento das exigências decorrentes da concessão, a esta Entidade, do Título de Utilidade Pública Municipal, através da Lei nº 975 de 09.10.1968, Estadual, Lei nº 4.369 de 22.09.1969 e Federal, Decreto-Lei nº 91.108 de 12.03.1985, a saber:

- 1) Relatório do Conselho Eclesiástico e Colégio Pastoral;
- 2) Balanço Patrimonial e Contas de Resultado, do exercício social encerrado em 31.12.1997;
- 3) Cópia da publicação, pelo jornal A Notícia, do Balanço e Contas de Resultado, de 31.12.1997, edição de 17.03.1998, fl. A-17;
- 4) Relatório do Departamento de Assistência Social e do Serviço de Prevenção e Tratamento do Alcoolismo;
- 5) Relação de Famílias Atendidas;
- 6) Relatório do Departamento de Jardins de Infância;
- 7) Relação de Bolsas e Gratuidades.

A signatária vale-se do ensejo para apresentar a V.Sas. os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,
COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE
Irineu Romeu Brinkmann
Presidente
Osni Waldir Goll
1º Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 16/04/98

*** X X X ***

Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis

Palácio Barriga Verde/Florianópolis, em 13 de abril de 1998.

Ofício nº 024/98 CCJRL

Excelentíssimo Senhor

Deputado NEODI SARETTA

Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho com sua vênua, solicitar a V. Exa., os serviços de alguns servidores desta Casa, para servirem de apoio na Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, no dia 16 deste mês, às 11:30 (onze horas e trinta minutos), a realizar-se na Sala nº 27, de Reunião das Comissões, para análise e deliberações acerca dos processos de representação RP/001 e 002/98. Outrossim informo que enquanto os processos estiverem com tramite nesta comissão, efetuaremos reuniões todas as quintas feiras no mesmo local e horário, sendo que é indispensável o apoio dos servidores conforme nominata abaixo.

Nominata:

02 - dois servidores da Assessoria e Consultoria Parlamentar;

01 - um operador de som;

02 - taquígrafas;

01 - um fotógrafo; e

01 - um guarda.

Certo de sua habitual atenção, despeço-me, atenciosamente,

Deputado Ivan Ranzolin

- Presidente da CCJRL -

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 050/98

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Centro de Luzerna, do município de Luzerna.

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Centro de Luzerna, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 160, município de Luzerna, SC, e foro na Comarca de Joaçaba, SC.

Art. 2º. À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

DEPUTADO ODACIR ZONTA

Lido no Expediente

Sessão de 07/04/98

JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores do Centro de Luzerna, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 160, no município de Luzerna, SC, tem prestado relevantes serviços à comunidade em que está inserida. Sua ação principal é proporcionar a congregação de todos os moradores daquela comunidade, sem qualquer distinção, buscando o bem comum à todos, em especial nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultural e esportiva, cumprindo, assim, com suas finalidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

A iniciativa de tornar esta entidade de Utilidade Pública Estadual constituir-se-á em incentivo para que suas ações se tornem cada vez mais eficientes e eficazes.

Para tal, acostamos à proposição os documentos necessários para as providências cabíveis à espécie.

Por fim, submetemos à apreciação dos nobres pares para posterior aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 051/98

Declara de Utilidade Pública a Associação São Francisco de Proteção à Vida Animal.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Associação São Francisco de Proteção à Vida Animal, com sede e foro no Município e Comarca de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Lido no Expediente

Sessão de 07/04/98

JUSTIFICATIVA

A Associação São Francisco de Proteção à Vida Animal, com sede no bairro Forquilha, Município de São José, tem desenvolvido suas ações no recolhimento de animais abandonados nas ruas, principalmente nas comunidades de maior concentração popular, no sentido de se evitar a transmissão de doenças.

Recolhidos, os animais recebem atendimento clínico, por profissionais voluntários e tratamento adequado, cuja recuperação permite a devolução, através de doação, às pessoas interessadas.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 052/98

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Novo Alvorecer, do município de São José, SC.

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação Novo Alvorecer, com sede à Av. Presidente Kennedy, 698, sala 415, Campinas, município de São José, SC, e foro na Comarca de São José, SC.

Art. 2º. À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

DEPUTADO ODACIR ZONTA

Lido no Expediente

Sessão de 07/04/98

JUSTIFICATIVA

A Associação Novo Alvorecer, com sede à Av. Presidente Kennedy, 698, sala 415, bairro Campinas, no município de São José, SC, tem prestado relevantes serviços à comunidade em que está inserida. Sua ação principal é de caráter eminentemente filantrópico, sem qualquer fim lucrativo e que não remunera a nenhum título seus sócios nem tampouco distribui lucros ou dividendos.

A iniciativa de tornar esta entidade de Utilidade Pública Estadual constituir-se-á em incentivo para que suas ações se tornem cada vez mais eficientes e eficazes.

Para tal, acostamos à proposição os documentos necessários para as providências cabíveis à espécie.

Por fim, submetemos à apreciação dos nobres pares para posterior aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 053/98

"Declara de Utilidade Pública a Associazione Bellunesi Nel Mondo - Famiglia São João do Itaperiú."

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a **Associazione Bellunesi Nel Mondo - Famiglia São João do Itaperiú**, com sede no município de São João do Itaperiú, e foro na Comarca de Barra Velha - SC.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1998.

DEPUTADO UDO WAGNER

Lido no Expediente

Sessão de 08/04/98

JUSTIFICATIVA

A **Associazione Bellunesi Nel Mondo-Famiglia São João do Itaperiú**, é uma entidade sem fins lucrativos de caráter cultural, visa difundir a cultura italiana e, em particular, a da província de Belluno - Itália, através de cursos, conferências, exposições, viagens e festividades, incentivando assim o resgate histórico da imigração bellunesa nesta região.

Deste modo, é merecedora do reconhecimento de entidade de utilidade pública, para o que esperamos contar com o apoio e aprovação dos senhores Deputados que integram este Parlamento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 054/98

"Dispõe sobre estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública."

Art. 1º - É facultado aos órgãos e às entidades da administração pública direta e indireta conceder estágio a aluno matriculado em curso regular de ensino mantido pelo poder público ou pela iniciativa privada, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes.

Parágrafo único - A concessão de que trata o "caput" deste artigo fica condicionada à existência, no órgão ou na entidade, de estrutura que assegure ao estagiário experiência prática em sua área de formação, sob supervisão e orientação de profissional habilitado.

Art. 2º - Para obtenção do estágio, o aluno deverá comprovar frequência e bom aproveitamento em curso de nível superior, profissionalizante de 2º grau, ou de educação especial.

Parágrafo único - Considera-se bom aproveitamento a obtenção de média global igual ou superior a 60% (sessenta por cento) dos pontos previstos nas matérias cursadas no período letivo imediatamente anterior ao da concessão do estágio.

Art. 3º - O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo o estagiário receber bolsa, ajuda de custo ou outra forma de contraprestação acordada em instrumento específico, ressalvado o disposto na legislação previdenciária.

Art. 4º - Na contratação de estudante estagiário, serão observadas as seguintes condições:

I - celebração de convênio entre o órgão ou a entidade pública e a instituição de ensino;

II - assinatura de termo de compromisso pelo estudante ou por seu responsável, quando menor de 18 (dezoito) anos, e pelo representante do órgão ou da entidade pública concedente do estágio, com a intervenção obrigatória da instituição de ensino;

III - pagamento, pela entidade concedente, de bolsa de estudos ou de qualquer outra forma de contraprestação especificada no convênio e no termo de compromisso;

IV - contraprestação, pelo estagiário, através de atividades definidas no termo de compromisso, com jornada de trabalho diária em horário compatível com a vida escolar;

V - correlação comprovada entre as atividades desenvolvidas no estágio e a área de formação escolar do estagiário.

Art. 5º - Os órgãos e as entidades públicas poderão recorrer aos serviços de agentes de integração, que atuarão junto ao sistema de ensino e à comunidade.

§ 1º - Poderão atuar como agentes de integração entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, em funcionamento há pelo menos 2 (dois) anos na data da celebração dos convênios.

§ 2º - É vedada a cobrança ao estudante de taxa relativa a providências administrativas para a obtenção e a realização de estágio.

Art. 6º Compete aos agentes de integração:

I - identificar as oportunidades de estágio existentes e informar as instituições de ensino a respeito delas;

II - prestar serviços administrativos, providenciando o cadastramento de instituições de ensino e de estudantes e pesquisando oportunidades de estágio;

III - selecionar, obedecidos os requisitos do art. 2º, os estudantes e encaminhá-los ao órgão ou à entidade concedente do estágio;

Art. 7º - A instituição de ensino, diretamente ou por meio de atuação conjunta com os agentes de integração, providenciará seguro contra acidentes pessoais em favor do estudante, sob pena de anulação do convênio.

Art. 8º - O estágio terá duração máxima de 1 (um) ano, permitida uma única renovação por igual período, mediante novo termo de compromisso.

§ 1º - Extingue-se o estágio:

I - pela desistência, por escrito, do estudante;

II - pela não-renovação do termo de compromisso até a data de seu vencimento;

III - pelo abandono ou pela conclusão do curso;

IV - por iniciativa do órgão concedente, a qualquer momento, no caso de conduta inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas pelo estagiário, comunicados, nessas hipóteses, os fundamentos da decisão à instituição de ensino e ao agente de integração.

§ 2º - A renovação do termo de compromisso pelo estagiário fica condicionada à comprovação de seu bom rendimento escolar, nos termos do art. 2º.

Art. 9º - O convênio poderá prever a contraprestação de serviços pelo estagiário nos períodos de férias e recessos escolares.

Art. 10 - O órgão ou a entidade concedente emitirá certificado de conclusão do estágio, no qual deverá constar a especialização de sua natureza, a carga horária global e a avaliação do aproveitamento do estudante.

Art. 11 - O disposto nesta lei não se aplica ao menor aprendiz vinculado a empresa pública ou sociedade de economia mista por contrato de aprendizagem, nos termos da legislação trabalhista.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1998

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/98

JUSTIFICAÇÃO

A proposição que ora apresento à consideração desta colenda Casa tem por finalidade dar ordenamento jurídico-legal ao estágio de estudantes em órgãos e entidades da administração pública.

O escopo, por um lado, é dotar a administração pública dessa mão-de-obra vibrante e principalmente oportunizar a iniciação para o trabalho ao estudante, propiciando-lhe ganhos salariais, nesta quadra de severo desemprego.

O projeto prevê a intervenção, antes e na celebração dos convênios, da figura do agente de integração, inspirando-se, nesse ponto, em disposições da Lei Federal nº 6.497, de 7/12/77, com vistas a facilitar a concessão dos estágios, objeto da proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 055/98

Torna obrigatória a veiculação de propaganda educativa ou preventiva em festas, festivais, competições e eventos promovidos, patrocinados ou apoiados pelo poder público estadual.

Art. 1º. É obrigatória a veiculação de propaganda educativa ou preventiva em todas as festas, festivais, competições e eventos em geral, promovidos, patrocinados ou apoiados pelo Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. São abrangidos por esta lei todos os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo, no âmbito da administração direta, indireta e fundacional, bem como o Poder Legislativo.

Art. 2º. Considera-se propaganda educativa ou preventiva, para os efeitos desta Lei, a veiculação, junto com a divulgação do evento promovido, patrocinado ou apoiado pelo poder público, de mensagem de conteúdo educacional, cultural ou ético, ou ainda de prevenção na área da saúde.

Art. 3º. Cabe ao órgão ou entidade do poder público, promotor do evento, definir o teor da mensagem a ser veiculada.

Parágrafo único. Em se tratando de evento promovido por ente não integrante do poder público estadual, mas patrocinado ou apoiado por este, a definição da mensagem educativa ou preventiva dar-se-á por acordo entre promotor e patrocinador ou apoiador.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1998

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/98

JUSTIFICATIVA

A justificativa para a proposição em foco pode-se encontrar no próprio texto, haja vista sua singeleza.

Trata-se, na verdade, apenas e tão-somente, de fazer com que as festas, os festivais, as competições e os eventos em geral, promovidos, patrocinados ou apoiados pelo poder público estadual, sirvam como elemento amplificador de propaganda de caráter educativo ou preventivo, subsumida em mensagens de natureza educacional, cultural ou ética ou, ainda, de prevenção na área da saúde.

Registre-se que não haverá custos adicionais, porquanto a propaganda objetivada estará embutida no contexto da divulgação do evento.

Em epítome, cuida-se de uma forma de divulgação de mensagens de real interesse público, razão pela qual o projeto vem de ser submetido ao alvedrio desta augusta Casa de Leis.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 056/98

Declara de Utilidade Pública

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a Associação dos Amigos Moradores do Conjunto Habitacional Castelo Branco, com sede e foro na comarca de Joinville.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

DEPUTADO CARLITO MERSS

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/98

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos Moradores do Conjunto Habitacional Castelo Branco, do Município de Joinville, representa um estímulo deste Poder Legislativo à organização da sociedade em associações civis, que objetivem o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da melhoria das condições de vida da comunidade.

Entre os objetivos que a entidade se propõe a perseguir, estão o de estimular o espírito de solidariedade entre os associados, e a defesa de seus direitos básicos. Propõe-se também a manter serviços assistenciais e cooperativos, estabelecendo convênios com organismos públicos e privados.

Tendo em vista a grande relevância social do trabalho desenvolvido pela entidade e a necessidade de incentivar a auto-organização das comunidades para que contribuam com seus esforços, na busca conjunta com os poderes públicos, das soluções para seus problemas mais urgentes, contamos com a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 057/98

Torna obrigatório o uso do farol baixo aceso nos veículos automotores em trânsito em rodovia estadual de Santa Catarina.

Art. 1º É obrigatório o uso de farol baixo aceso durante o dia, nos veículos automotores de qualquer categoria, em trânsito em rodovia estadual de Santa Catarina.

Art. 2º O órgão estadual competente colocará, ao longo das rodovias estaduais do Estado de Santa Catarina, placas de advertência aos motoristas sobre a obrigatoriedade ora estabelecida.

Art. 3º Após três anos de vigência desta Lei serão verificados, através do uso de estatísticas sobre acidentes de trânsito nas rodovias estaduais, aferidas pelo órgão estadual competente, os índices comprobatórios quanto a eficácia da medida como fator de diminuição dos acidentes de trânsito.

Parágrafo Único: Na aferição de que trata o "caput" deste artigo, serão considerados, dentre outros aspectos relevantes, a situação do trânsito, a quantidade de acidentes por tipo e por faixas de horário diurno, bem como o índice de adesão dos motoristas à medida.

Art. 4º O descumprimento das disposições estabelecidas nesta Lei, sujeita o infrator ao pagamento da multa, prevista no item IV, do Artigo 258 do Código Nacional de Trânsito.

Parágrafo Único. A multa de que trata o "caput" deste artigo será aplicada após decorridos 6 (seis) meses da vigência desta Lei e a implementação do disposto no artigo 2º.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de Abril de 1998.

DEPUTADO UDO WAGNER

Lido no Expediente

Sessão de 14/04/98

JUSTIFICATIVA

Esta iniciativa de ordem legislativa visa, sobremaneira, a segurança no trânsito.

São muitas as vantagens da adoção da medida preconizada no art. 1º desta proposição, especialmente se considerarmos que:

1. Tal medida já foi adotada com sucesso em outras unidades da Federação, a exemplo dos Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, onde após sua implantação houve uma redução de 27% nos acidentes acontecidos durante o dia;

2. A posição geográfica do Estado que apresenta nas estações outono/inverno, constantes nevoeiros e neblina;

3. As luzes usadas durante o dia são comprovadamente eficientes e eficazes, porque melhoram consideravelmente a visão para os outros motoristas, além de melhorar a atenção e detectar os veículos no campo periférico da visão;

4. Estudos realizados em Países Europeus nos últimos 20 anos, comprovam uma redução de 21% nos acidentes acontecidos durante o dia, envolvendo mais de um veículo à motor colidindo com pedestres-ciclistas, além do declínio significativo de colisões traseiras. Nos países Norte Americanos - EUA e Canadá - um rápido estudo provou que houve uma redução de 18% nos acidentes com veículos equipados com DRLs (Daytime Running Lights - Luzes usadas durante o dia) que parecem ser faróis especiais para uso diário, instalados em carros como Volvo, ou são instalados posteriormente em carros que não o possuem;

5. O excesso de veículos em tráfego nas rodovias;

6. As cores dos carros, que se confundem, algumas delas de difícil percepção visual;

7. O novo Código Nacional de Trânsito - Lei nº 9.503, de 23-09-97, preconiza em seu artigo 40, inciso I, a adoção de tal medida, apenas nos túneis providos de iluminação pública, o que no meu entendimento deve ser estendido e tornado obrigatório durante o dia nas rodovias, pelas razões acima elencadas;

8. A multa deverá ser de natureza leve, conforme o item IV, do Artigo 258 do Código Nacional de Trânsito, equivalente a 50 Unidades Fiscais de Referência - UFIR's.

Assim, por ser medida de interesse social, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos Senhores Deputados que integram este Parlamento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 058/98

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Parque Residencial Probst.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Parque Residencial Probst, com sede e foro no município de Palhoça.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Salas das Sessões, em 06 de abril de 1998.

DEPUTADO GILSON DOS SANTOS

Lido no Expediente

Sessão de 14/04/98

JUSTIFICATIVA

Tenho a honra de submeter a elevada consideração de Vossas Excelências, o presente Projeto de Lei que tem o objetivo de declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Parque Residencial Probst, com sede e foro no município de Palhoça, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativo, político-partidário ou religioso, fundada em 02/09/93. É um órgão representativo da comunidade, de caráter educativo e promoção social, com sede no Parque Residencial Probst, município de Palhoça.

Face a relevância dos propósitos a que se destina a entidade mencionada e para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente, solicito a Vossas Excelências a devida acolhida.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 059/98

Denomina Parque "Hélio do Amaral Lange", o logradouro público conhecido como Saco da Lama, localizado em Coqueiros, Florianópolis.

Art. 1º - Fica denominado Parque "Hélio do Amaral Lange", o logradouro público conhecido como Saco da Lama, localizado no bairro de Coqueiros, em Florianópolis.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1998.

Deputado Gilson dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 15/04/98

JUSTIFICATIVA

Tenho a honra de submeter a elevada consideração de Vossas Excelências, o presente Projeto de Lei que tem o objetivo de denominar Parque "Hélio do Amaral Lange", o logradouro público estadual conhecido como Saco da Lama, localizado no bairro de Coqueiros, em Florianópolis, em face aos relevantes serviços que este ilustre cidadão florianopolitano prestou ao desporto barriga-verde.

Hélio do Amaral Lange é oriundo de tradicional família catarinense, casado com Sra. Heloisa Lange, com a qual teve 5 filhos e 8 netos, nasceu em 08/03/1927, era filho do Sr. Walter Lange e Sra. Noêmia do Amaral Lange, faleceu em 23/01/98. Se destacou nas atividades esportivas como atleta, árbitro, treinador e dirigente, representando a cidade de Florianópolis e o Estado em diversas competições, nas modalidades de futebol, vôlei, basquete, Atletismo, Natação, Caça Submarina, Tênis de Campo e Mesa, Bolão e Vela.

Tendo em vista o absoluto sucesso e o merecido destaque que este esportista recebeu ao longo de sua carreira, sendo premiado com 189 medalhas, 25 diplomas, 15 placas de honra ao mérito, 31 troféus e com o título de "Comendador", outorgado pelo Governo do Estado, apresento o Projeto de lei, com os melhores propósitos de conferir-lhe esta justa homenagem póstuma e, solicito a Vossas Excelências a devida acolhida.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/98**

Institui o serviço Disque-Denúncia, no âmbito do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica implantado na Assembléia Legislativa o Disque-Denúncia, vinculado à Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, como instrumento de ressonância dos reclamos populares e incremento à fiscalização dos atos da Administração Pública Estadual.

Art. 2º A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa destinará linha telefônica e endereço eletrônico exclusivos para o serviço que permitam ligações gratuitas, os quais serão divulgados juntamente com seu endereço postal.

§ 1º As denúncias coletadas pelo serviço serão cadastrados com registro do dia e hora da chamada, cujas informações constarão de Relatório a ser analisado pela Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa.

§ 2º Será assegurado o registro da denúncia sempre que houver identificação do denunciante, garantindo-se, no entanto, a preservação de sua fonte.

Art. 3º A Mesa diretora da Assembléia Legislativa regulamentará esta Resolução, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/04/98.

Deputado Adelor Vieira

Lido no Expediente

Sessão de 15/04/98

JUSTIFICATIVA

Fazendo valer a competência desta Assembléia Legislativa quanto à fiscalização e controle dos atos administrativos, sobejamente definida na Constituição do Estado e no art. 26 do Regimento Interno da Casa, propomos a instituição do "Disque-Denúncia" na esfera deste Poder, o qual será desenvolvido sob a Coordenação da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa.

Esse serviço consistirá na coleta de denúncias oferecidas pela sociedade, através da utilização de linha telefônica e endereço eletrônico exclusivos, colocados a sua disposição.

A sistemática a ser adotada na implantação do "Disque-Denúncia" observará, fundamentalmente, a celeridade do encaminhamento das respectivas denúncias e a sua execução respeitará a estrutura funcional e logística da Comissão.

Nossa proposta, como enfatizamos no início, vem ao encontro da atividade-fim do Poder Legislativo, mormente pela sua atribuição de fiscalizar a eficácia legislativa, de supervisionar a Administração e pelo compromisso diuturno de dar retorno à opinião pública, em autêntica prestação de contas de sua atuação.

Neste contexto, situamos o "Disque-Denúncia". E a disposição desta Casa em recepcionar a reclamação popular ensejará, a curto prazo, uma nova imagem do Legislativo e, aliada a práticas já existentes, temos convicção de que esta Assembléia Legislativa, em perfeita consonância aos princípios constitucionais, patrocinará uma verdadeira interação entre os cidadãos catarinenses e o Poder Legislativo Estadual.

Portanto, impõe-se a aprovação deste Projeto de Resolução.

*** X X X ***

REQUERIMENTO**REQUERIMENTO Nº 004/98**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA MESA,

O subscritor, nos termos do art. 29 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Casa, considerando:

- a proposta de Emenda a Constituição apresentada na Câmara Federal, com vista a alteração dos incisos IV, do art. 20 e II e IV, do art. 26;

- a significância para os catarinenses da aprovação do referido texto, que tem por objetivo repassar para os municípios as áreas das ilhas oceânicas e costeiras, hoje sob propriedade da União;

- tratar-se de matéria de legítimo interesse dos municípios do Estado, principalmente Florianópolis e São Francisco do Sul;

- a possibilidade de pôr fim a um dos maiores problemas vividos pelos habitantes das ilhas do País;

Requer, após ouvido o soberano Plenário, a constituição de Comissão Especial Externa, composta por 03 membros, para acompanhar, evidenciar da importância e levar a bancada federal catarinense e aos líderes partidários da Câmara e Senado Federal, a posição de apoio da Assembléia Legislativa de Santa Catarina a proposta de Emenda Constitucional referida.

Sala das Sessões, em 14/04/98.

Deputado Adelor Vieira

Aprovado em Sessão de 15/04/98

*** X X X ***

ERRATA**ERRATA**

A Coordenadoria de Licitações da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina comunica que, no Extrato nº 32/98 publicado no Diário da Assembléia - SC nº 4.517 de 13.02.98, referente ao Contrato C.L. nº 04/98, onde se lê o valor "mensal", leia-se valor "global".

Florianópolis, 16 de abril de 1998

Luiz Alberto Seccon
Coordenador

*** X X X ***